

“Ele não precisa de fatos”, completou “Bolsonaro já tem mentiras prontas”, diz ministro Barroso

Divulgação



PCdoB decide avançar rumo à federação com PT, PSB e PV

O PCdoB decidiu, em reunião da sua direção nacional máxima, encerrada no sábado (12), que a legenda siga avançando “no sentido da conclusão de uma federação que envolva PT, PCdoB, PSB e PV”. A resolução destaca, ainda, que é importante dar continuidade às conversações com o Psol, Rede e outras legendas, tendo em vista “a possibilidade de também integrá-las”. **Página 3**



Para presidente do TSE, ataques à urna revelam “limitação cognitiva”

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, afirmou, no sábado, em entrevista a “O Globo”, que, quando o assunto é urna eletrônica, Jair Bolsonaro “não precisa de fatos, a mentira já está pronta”. “Ele antecipou a estratégia dele, que é: não importa quais sejam as respostas, eu vou dizer que o sistema eleitoral eletrônico tem vulnerabilidades”, apontou Barroso. Para o ministro, as investidas de Bolsonaro contra as urnas eletrônicas revelam ainda “limitações cognitivas e baixa civilidade”. **Página 3**

“Reforma trabalhista só piorou, precisa ser revista”, avalia MPT



Rei da rachadinha admite que o pai ficou torrado ao sabotar as vacinas

Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho “zero um” do “mito”, acusado de desviar R\$ 6 milhões dos cofres da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no escândalo envolvendo milícias, Queiroz, funcionários fantasmas e lavagem de dinheiro, que ficou conhecido por “rachadinha”, admitiu em entrevista ao “O Globo”, no fim de semana, que a sabotagem do pai às vacinas da Covid-19 provocaram um grande desgaste ao governo. **Página 3**

Rússia condena a campanha de mentiras dos EUA sobre “invasão”

“Ao final de 2021 e inícios de 2022, o espaço informativo mundial promoveu uma campanha midiática sem precedentes em sua escala e sofisticação, cujo propósito é convencer a comunidade mundial de que a Federação Russa está preparando uma invasão do território da Ucrânia”, afirmou o Ministério das Relações Exteriores da Rússia, em comunicado publicado em sua página na web, na sexta-feira (11), denunciando a intenção especialmente dos Estados Unidos. **Página 7**

Sob Bolsonaro, Ibama fiscalizou só 1,3% dos alertas na Amazônia

Um estudo realizado pelo Instituto Centro de Vida (ICV) mostra que apenas 1,3% dos 115.688 alertas de desmatamento na Amazônia publicados pela plataforma MapBiomas, entre os anos

de 2019 e 2020, foi alvo de fiscalização e resultou em embargos ou autos de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Isso representa

6,1% do total da área desmatada detectada. Em maio do ano passado, o MapBiomas já havia indicado que o total de alertas de desmatamento atendidos pelo Ibama em cinco municípios prioritários da

Amazônia era de apenas 2%. O governo não pode alegar que não sabia sobre as áreas desmatadas, uma vez que os alertas levam em conta as informações geradas pelo Inpe e pelo Imazon. **Pág. 4**

O chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), o procurador-geral José de Lima Ramos Pereira, defendeu que a reforma trabalhista, aprovada em 2017, não entregou o que prometia e precisa ser revista. Segundo o procurador, o órgão está disposto a discutir o tema. O procurador defendeu que toda reforma tem que ser em benefício das relações de trabalho, e não o contrário. “Vamos aos fatos. Houve aumento dos postos de trabalho? Não. Temos, em 2021, 14,8 milhões de desempregados”, afirmou o procurador-geral. **Página 5**

Concentração de teles encarecerá as tarifas, aponta estudo do IDEC

A aquisição da operadora Oi Móvel pelas empresas Vivo, Claro e Tim com aval do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) poderá deixar as contas dos consumidores cinco vezes mais caras, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). O Cade não garantiu a permanências das condições dos atuais contratos. **Pág. 2**

Lara Resende: camisa de força ideológica da macroeconomia

O economista André Lara Resende, ex-presidente do BNDES e um dos criadores do Plano Real, revela no artigo “A camisa de força ideológica da macroeconomia”, publicada no Valor Econômico, que reproduzimos, como a macroeconomia oficial restringe a atuação do Estado reduzindo investimentos públicos e gastos sociais em benefício do capital financeiro. **Pág. 8**

Inflação para o mês de janeiro é a maior desde 2016

Com aval do Cade, três múltis monopolizam telefonia no Brasil

Relator votou contra a divisão da Oi entre Claro, Tim e Vivo aprovada no Cade e afirmou que as negociações “fugiram da boa técnica” e passaram pela “captura do Estado”

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deu aval na quarta-feira (9) à cartelização no caso da compra da rede móvel da Oi pelas teles estrangeiras Claro, Tim e Vivo.

Durante a sessão, foram três votos contrários à venda, e outros três favoráveis à venda. Como o placar terminou empatado, o voto de minerva do presidente, Alexandre Cordeiro, aprovou a transação.

O relator do processo, Luis Braidó, votou contra a venda. Para Braidó, se a venda da Oi fosse aprovada da forma como está, aumentaria a concentração de mercado, com as três compradoras detendo de 95% a 98% do mercado em diferentes métricas. Para o relator, as negociações “fugiram da boa técnica” e passaram pela “captura do Estado”.

“É uma operação que traz níveis de concentração muito significativos, que não temos aceitados em outras operações aqui neste tribunal”, afirmou o relator do processo, que lembrou do parecer do Ministério Público Federal (MPF) sobre o caso. “Há uma alegação de possível formação de cartel aí, poderia ser assim interpretado”, destacou.

O voto do relator foi acompanhado pelos conselheiros Paula Farani e Sérgio Ravagnani. Votaram a favor da venda os conselheiros Lenisa Prado, Luiz Hoffmann e o presidente do Cade, Alexandre Cordeiro.

A Oi Móvel foi comprada em leilão no final de 2020. Claro, TIM e Vivo apresentaram uma proposta conjunta de R\$ 16,5 bilhões pelos ativos, que serão repartidos entre elas.

Juntas Claro, Oi, Vivo e TIM hoje têm 80% do mercado e a Oi tem outros 16%. Pelo negócio, as três operadoras dividirão entre si e por região (DDD) os 41 milhões de clientes da Oi sediada no Rio de Janeiro, concentrando quase 100% do mercado. A Claro passará a deter aproximadamente 31,2%, a Vivo 38% e a TIM 29,2% do mercado.

Concentração das teles aumentará tarifa, alerta Defesa do Consumidor

A aquisição da operadora de telefonia Oi Móvel pelas empresas Vivo, Claro e Tim com aval do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) poderá deixar as contas dos consumidores cinco vezes mais caras, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).

Aprovada pelo Cade no último dia 9, a venda da Oi e consequente migração dos clientes vai deixar os consumidores sem opção, se não, pagar mais caro pelos planos de telefonia e internet. A Vivo, Claro e Tim, todas estrangeiras, oferecem planos para os mesmos serviços de duas e cinco vezes mais altos que a Oi a depender do estado. O Cade, por sua vez, não garantiu que a migração forçada dos usuários para o cartel formado pelas três teles garantiria as mesmas condições contratuais.

Para o Procon (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor) é fundamental que o consumidor tenha a garantia que os preços e condições de contrato sejam mantidos. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não se pronuncia sobre o assunto.

“O Código de Defesa do Consumidor proíbe que os fornecedores modifiquem ou cancelem de forma unilateral o contrato firmado entre as partes, ou ainda, que promovam reajuste no valor pago”, afirmou o Procon-RJ em nota.

O Idec analisou os preços de 16 planos das três operadoras em outubro e novembro do ano passado e os confrontou com os praticados pela Oi – que sempre concentrou consumidores de renda mais baixa. No ano passado, o IDEC encaminhou ao Cade nota técnica defendendo a reprovação da operação.

Nos planos pré-pagos oferecidos em São Paulo, por exemplo, o custo por 1 GB ofertado pela Oi variou de R\$ 1 para até R\$ 4,99 nas operadoras Vivo e Claro. Na Tim, o gigabyte era vendido por R\$ 1,89.

Além da preocupação com a situação dos consumidores, a cartelização dos serviços de telefonia no Brasil fez com que o relator do processo de aquisição da Oi pela Claro, Tim e Vivo, Luis Braidó, votasse contra a transação.

“É uma operação que traz níveis de concentração muito significativos, que não temos aceitados em outras operações aqui neste tribunal”, afirmou o relator do processo, que lembrou do parecer do Ministério Público Federal (MPF) sobre o caso. “Há uma alegação de possível formação de cartel aí, poderia ser assim interpretado”, destacou. Com a aquisição, as três teles passam a concentrar de 95% a 98% do mercado de telefonia no Brasil.

Bradesco lucra R\$ 26 bi com pandemia e país em recessão

O Bradesco realizou um lucro líquido de R\$ 26,215 bilhões em 2021. Foi um recorde histórico e 34,7% maior do que o já polpudo lucro de R\$ 19,458 bilhões em 2020. A carteira de crédito atingiu o montante de R\$ 812,7 bilhões, o caminho do trilhão, o que representa uma alta de 18,8% sobre o volume de crédito em 31.12.2020.

O retorno sobre o patrimônio líquido atingiu os espetaculares 18,1% (ROAE, em inglês), melhor ainda do que os 14,8% de 2020. A provisão para devedores duvidosos foi de R\$ R\$ 15,035 bilhões, o que representou uma reversão de R\$ 10, 179 bilhões em relação à provisão de 2020.

Vale registrar que o Santander anunciou no começo do mês a realização um lucro líquido de R\$ 16,347 em 2021 e um retorno sobre o patrimônio de 21,2% ao ano, resultados também cantados do em verso e prosa pela “fantástica”

competência do banco. Com taxas de juros na estratosfera, com uma dívida pública cativa rendendo cachoeiras de juros, com os empréstimos regulares mais as operações compromissadas pagando juros dos restos de dinheiro diários nas contas bancárias, o que se vê é um sistema financeiro ganhando os tubos de dinheiro, enquanto a economia afunda numa recessão desumana.

Os números de desempregados, subempregados, biscoiteiros, desalentados, pobreza, miséria, moradores de rua e famintos não param de crescer, assim como a quebra de pequenas e micro empresas, as dificuldades e a regressão por que passa a indústria, o comércio e os serviços, que não conseguem se equilibrar.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/lucro-do-bradesco-e-recorde-na-pandemia-e-com-o-pais-em-recessao-r-26-bi-em-2021/>



Desde janeiro de 2021, preço da gasolina acumula alta de 77,04% nas refinarias

Jair Bolsonaro ameaça governadores para manter combustíveis dolarizados

Jair Bolsonaro disse, durante uma transmissão ao vivo, que vai usar o Ministério da Justiça para processar os Estados por conta da cobrança do ICMS, que, segundo ele, é a causa do aumento dos preços dos combustíveis. A afirmação contraria o que dizem os especialistas.

Enquanto a taxa do ICMS permaneceu a mesma, o governo Bolsonaro optou por vincular o preço dos combustíveis à variação do dólar, o que, segundo os especialistas e trabalhadores da Petrobrás, fez com que o preço disparasse no Brasil.

“Hoje entrei em contato com o Ministério da Justiça para que a nossa Senacon [Secretaria Nacional do Consumidor], que está atrasada no tocante a isso, comece a entrar com ações contra os Estados”, falou Bolsonaro. Ele estava ladeado pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Enquanto tenta culpar os Estados, a política de preços que Bolsonaro mandou que fosse aplicada fez com que a Petrobrás distribuisse um total de R\$ 63 bilhões em dividendos para os seus acionistas em 2021.

Na transmissão ao vivo, ele disse que o ICMS é “em média 30%”, enquanto os impostos federais ficaram congelados. Essa é uma tentativa de Jair Bolsonaro de maquiagem a questão para esconder a sua responsabilidade.

“Falta regulamentar isso aí e pedimos socorro ao Supremo. Está indo para o 5º mês e a ministra Rosa Weber, que é relatora, não despacha isso aí. Por que eu entrei [com a ação]? Exatamente por causa disso aqui: os Estados estão lucrando e muito com ICMS dos combustíveis”, disse.

Ele se referiu a um pedido feito pela Advocacia-Geral da União (AGU) para que o Supremo Tribunal Federal (STF) unificasse todos os ICMS, que são impostos estaduais, em um mesmo valor.

Na live, Bolsonaro também defendeu a PEC do governo, apresentada através de um deputado, para que os Estados reduzam ou zerem o ICMS. Ele não cita todos os gastos e investimentos que são vinculados ao ICMS, como no Estado de São Paulo, onde são financiadas a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Sem nada para compensar o imposto, a Previdência Social perderia R\$ 50 bilhões e os Estados perderiam R\$ 27 bilhões, que são usados na Saúde, Educação, Segurança e outras medidas.

DOLARIZAÇÃO

O planalto quer jogar sobre os Estados a culpa da alta dos combustíveis para esconder que é a dolarização que catapultou os preços criminosamente.

A responsabilidade é da política desastrosa do governo de atrelar os preços internos dos combustíveis ao mercado internacional do petróleo e à variação do dólar. Por essa política, a Petrobrás é obrigada a cobrar um preço muito mais alto do que seus custos de produção.

Quem obriga a companhia a fazer isso é o conluio entre o governo e o cartel dos importadores. As empresas importadoras dizem que se a Petrobrás cobrar um preço justo (menor), eles não vão importar mais os derivados. Hoje, o Brasil importa 20% do total de combustíveis consumidos internamente. Antes não era assim. O Brasil era autossuficiente. Mas, agora, o governo não investe mais na ampliação do refino e, para piorar a situação, ainda está se desfazendo de suas refinarias.

O resultado é que o Brasil dobrou as importações de derivados. A importação de óleos combustíveis de petróleo (excluindo óleos brutos) pelo Brasil aumentou 81,86% no ano passado em relação a 2020, saltando de US\$ 7,3 bilhões para US\$ 13,4 bilhões. Os Estados Unidos lideram com folga a venda para nosso país, alcançando US\$ 7,4 bilhões, pouco mais que a metade do mercado (55,37%). Quanto mais o governo depende de importações, mais se submete às exigências dos importadores.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.R.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais: Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br **Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br **Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Aquisição da Oi foi questionada pelo Ministério Público Federal e IDEC

Inflação em janeiro é a maior desde 2016 e atinge 10,38% em doze meses

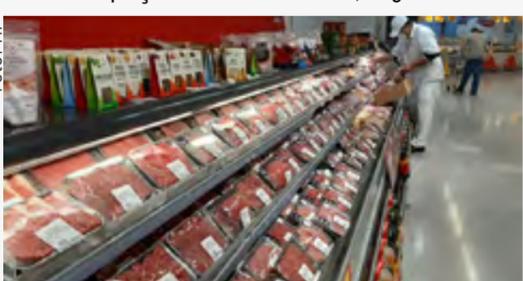
Resultado para o mês foi influenciado, principalmente, por alimentação e bebidas (1,11%), com destaque para a alta no preço das carnes e frutas, segundo o IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou 0,54% em janeiro, maior resultado para o mês desde 2016. No acumulado dos 12 meses, o indicador oficial da inflação fechou em alta de 10,38%, segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na quarta-feira (9).

O resultado foi influenciado, principalmente, por alimentação e bebidas, que na passagem de dezembro para janeiro acelerou para 1,11%.

“Foi a alimentação no domicílio (1,44%) que influenciou essa alta. Mais do que a alimentação fora do domicílio, que desacelerou de 0,98% para 0,25%. Os principais destaques foram as carnes (1,32%) e as frutas (3,40%), que embora tenham desacelerado em relação ao mês anterior, tiveram os maiores impactos nesse grupo, 0,04 p.p e 0,03 p.p, respectivamente”, explica o analista da pesquisa, André Filipe Almeida.

Além da alimentação e bebidas, mais 7 dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisa-



dos tiveram alta no mês: Artigos de residência (1,82%), Vestuário (1,07%) e Comunicação (1,05%), Despesas pessoais (0,78%), Saúde e cuidados pessoais (0,36%), Habitação (0,16%), e Educação (0,25%). O único grupo em queda foi Transportes (-0,11%).

Porém, os preços dos combustíveis e energia elétrica, dolarizados, continuam correndo o orçamento do consumidor brasileiro. Em doze meses, os preços administrados pelo governo acumulam alta bem acima da inflação: Etanol, 54,95%; Oleo Diesel, 45,72%; Gasolina, 42,71%; Gás de botijão, 31,78% e Energia elétrica residencial, 27,02%.

Nos noticiários já virou rotina a triste realidade das famílias que, sem renda e sem emprego, buscam alimentos descartados, restos de carcaça no caminhão dos ossos, em caçambas de lixo. Do outro lado, o governo não mediu esforços em transferir a riqueza do povo para o setor financeiro. Diante dos sucessivos aumentos dos juros básicos (Selic), os gastos do governo com juros da dívida pública subiram R\$ 136 bilhões em 2021. Segundo o próprio Banco Central (BC), a transferência de recursos públicos para pagamento de juros passaram de R\$ 312,4 bilhões em 2020 para R\$ 448,3 bilhões no último ano.

Aeroporto do Galeão é devolvido em mais um fracasso das privatizações

Após anos explorando os serviços do Aeroporto Internacional do Galeão (Tom Jobim), a concessionária RIOgaleão – controlada pela Changi Airports International, de Cingapura – anunciou na quinta-feira (10) que irá devolver o terminal para o governo federal.

O Galeão foi privatizado em 2013 e o contrato de concessão foi renegociado em 2017, quando a empresa de Cingapura passou a controlar 51% do aeroporto. A Infraero é dona dos outros 49%.

O contrato da concessão do Galeão por 25 anos foi renegociado em 2017 e a concessionária ficou sem precisar fazer pagamentos anuais da outorga até esse ano. A partir de 2023, o Changi Airports teria que retomar os pagamentos. Segundo informaram membros do governo, a parcela de 2023 seria de R\$ 1,1 bilhão, seguida por pagamentos anuais de R\$ 1,2 bilhão entre 2024 e 2028. Depois disso, o valor anual subiria para R\$ 1,7 bilhão até 2039.

A multinacional decidiu devolver o Galeão, o terceiro aeroporto privatizado a ser devolvido. Antes dele, foram os terminais de Viracopos, em Campinas (SP), e Governador Aluizio Alves, em São

Gonçalo do Amarante (RN). A Changi Airports devolverá o Galeão nos moldes previstos pelo decreto 9.957/2019, assinado por Bolsonaro, que prevê a “devolução amigável” de concessões e o direito às gestoras de receber indenização por “investimentos” ainda não amortizados.

A norma também autoriza ao governo a possibilidade de realizar novas licitações dos aeroportos, cuja iniciativa privada não quer mais explorar, ou seja, onde estas empresas não estão conseguindo obter superlucros.

Até o final do processo de relicitação, o RIOgaleão permanecerá responsável pela operação do aeroporto. De acordo com o decreto ainda, as indenizações serão pagas por quem vencer a nova licitação.

AEROPORTO SANTOS DUMONT

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, apesar do fracasso da privatização, declarou que o governo pretende licitar no próximo ano o aeroporto de Galeão em conjunto com o Aeroporto Santos Dumont. O governo quer agora que os dois aeroportos tenham o mesmo dono.

O leilão do Santos Dumont es-

Com inflação e queda na renda, número de famílias com contas atrasadas é recorde

Com a inflação em disparada, desemprego elevado e queda na renda impostos aos orçamentos domésticos, a inadimplência aumentou neste início de ano, como vinha indicando a tendência desde outubro de 2021, segundo a pesquisa da Confederação Nacional do Comércio.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso alcançou o maior nível desde agosto de 2020, atingindo 26,4% do total de famílias, 0,2 ponto maior do que o percentual de dezembro e 1,6 ponto acima do apurado em janeiro de 2021. Para meses de janeiro, foi

a maior proporção observada na série histórica do indicador.

Por faixa de renda, a proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso na faixa de até 10 salários mínimos voltou a aumentar de 29,5% para 29,7% em janeiro, alcançando o maior nível desde setembro de 2020. Em janeiro de 2021, a proporção era de 27,9% do total de famílias nessa faixa. No grupo com renda superior a 10 salários mínimos, o percentual aumentou de 11,8% para 12% entre dezembro e janeiro e ante os 11,5% de janeiro de 2021.

Sobre as famílias que decla-



Divulgação

E manter as conversas com Rede e PSOL PCdoB decide avançar na conclusão da federação com PT, PSB e PV

O PCdoB decidiu, em reunião da sua direção nacional máxima, encerrada neste sábado (12), que a legenda siga avançando “no sentido da conclusão de uma federação que envolva PT, PCdoB, PSB e PV”. A resolução destaca, ainda, que é importante dar continuidade às conversações com o Psol, Rede e outras legendas, tendo em vista “a possibilidade de também integrá-las.”

“Quando cresce em nosso país a possibilidade de uma vitória histórica das oposições, nas eleições presidenciais deste ano, o PCdoB está empenhado na construção de uma Federação de partidos que agregue legendas do campo progressista e de esquerda, que venha a se configurar na mais ampla unidade popular”, diz um trecho da resolução.

O PCdoB saudou a relevância da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que validou a criação da Federação de Partidos e estendeu o prazo para a sua formação, e lembrou o ex-deputado Haroldo Lima, um dos grandes incentivadores da criação da federação. “A resolução, destaca também, que a Lei Haroldo Lima, das Federações, “é mais um legado importante dos comunistas para a construção da democracia brasileira”.

Os dirigentes do PCdoB também discutiram a conjuntura política, debateram a grave crise em que o Brasil se encontra e aprovaram um conjunto de medidas que devem ser tomadas pelo futuro governo para que o país supere este quadro dramático em que vive a população e possa retomar o rumo do desenvolvimento. Foi aprovada uma proposta de carta programa a ser levada aos demais partidos no sentido de construir um campo de ideias comuns.

Leia a íntegra da resolução do PCdoB

O PCdoB saúda a relevância da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que validou a criação da Federação de Partidos e estendeu o prazo para a sua formação. Destaca, também, como muito positivo o amplo reconhecimento entre as legendas, e na sociedade, da Federação como uma inovação que fortalece a democracia e aperfeiçoa e enriquece a vida parlamentar e partidária.

O PCdoB, no ano de seu Centenário, expressa o seu contentamento de ter cumprido, em conjunto com outras forças democráticas, papel decisivo para a aprovação da lei da Federação. A Lei Haroldo Lima é mais um legado importante dos comunistas para a construção da democracia brasileira

Quando cresce em nosso país a possibilidade de uma vitória histórica das oposições, nas eleições presidenciais deste ano, o PCdoB está empenhado na construção de uma Federação de partidos que agregue legendas do campo progressista e de esquerda, que venha a se configurar na mais ampla unidade popular.

Uma Federação que seja a mola propulsora da vitória nas eleições de outubro e do processo de reconstrução do Brasil. Uma Federação que eleja, no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, fortes bancadas progressistas, bem como um significativo número de governadores. Uma Federação que seja um núcleo para unir amplas forças imprescindíveis à vitória e à governabilidade e promover as grandes transformações que o país necessita.

Depois de meses de diálogo com as legendas progressistas e várias mesas de trabalho – com o propósito de, harmonicamente, chegar a um consenso sobre os estatutos e o programa da Federação, bem como seu projeto eleitoral nos Estados -, o Comitê Central do PCdoB indica seguir avançando, no sentido da conclusão de uma Federação que envolva PT, PCdoB, PSB e PV. E sublinha a importância de manter as conversações com PSOL, Rede e outras legendas, cultivando, respeitosamente, a possibilidade de integrá-las.

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil-PCdoB
Brasília, 12 de fevereiro de 2022

Barroso: “Bolsonaro já tem mentiras prontas”

Antonio Augusto/Secom/TSE



Presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso: “ele não precisa de fatos”

Rei da rachadinha confessa que sabotagem do pai às vacinas causou ‘grande desgaste’

Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho “zero um” do “mito”, acusado de desviar R\$ 6 milhões dos cofres da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no escândalo envolvendo milícias, Queiroz, funcionários fantasmas e lavagem de dinheiro, que ficou conhecido por “rachadinha”, admitiu em entrevista ao “O Globo”, no fim de semana, que a sabotagem do pai às vacinas da Covid-19 provocaram um grande desgaste ao governo.

“Ele [Bolsonaro] já entendeu que não adianta deixar coisas mal explicadas, pois serão exploradas contra ele. As pesquisas mostram que a questão da vacina gerou um desgaste”, afirmou o chefe da rachadinha e da campanha de Bolsonaro. Especialistas afirmam que a sabotagem de Bolsonaro é o responsável pela morte de dois terços dos 630 mil óbitos ocorridos pela Covid. O país só

avançou na vacinação por conta da pressão dos governadores e do Supremo Tribunal Federal.

Bolsonaro fazendo propaganda da cloroquina (reprodução)

O “mito” chegou a afirmar, numa entrevista a uma rádio, que as mais de 300 crianças de 5 a 11 anos que morreram de Covid era um número muito pequeno, “quase zero”, disse. Depois de aprovada a vacinação das crianças, Bolsonaro quis obrigar a população a ter que passar em consulta para só vacinar se os médicos receitassem a vacina, o que foi interpretado como uma sabotagem escancarada à imunização infantil. O STF teve que intervir para derrubar a decisão absurda de Bolsonaro.

Bolsonaro não só tentou impedir a compra das vacinas para adultos, não só atacou a eficácia dos imunizantes e defendeu remédios ineficazes, como a clo-

roquina, a ivermectina e outros, como promoveu aglomerações, tirou máscaras até de crianças e ameaçou os servidores da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para que não autorizassem a vacinação infantil.

Flávio Bolsonaro tenta correr atrás do prejuízo e dizer que seu pai, o “espalha-vírus” e o chefe do movimento anti-vacina, “garantiu a vacina para todo o Brasil”. Ninguém acredita, é óbvio.

“Quem quis tomar a vacina teve acesso a ela. Como é que a gente comunica isso para que o povo entenda que o Bolsonaro não é contra a vacina”, mentiu o senador. Pesquisas de opinião mostram que sua sabotagem às vacinas e seu trabalho contra as medidas de proteção da população contra o vírus levaram a rejeição ao governo a mais de 60% em quase todas as capitais do país.

Bolsonaro volta a caluniar urnas eletrônicas e tenta envolver o Exército na sua narrativa

Com a crescente rejeição do eleitor ao seu governo e ao seu nome, Jair Bolsonaro (PL) voltou à carga sobre a confiabilidade do voto por meio das urnas eletrônicas no País e tentou envolver o Exército na sua aventura irresponsável.

Em transmissão ao vivo pelas redes sociais, na quinta-feira (10), Bolsonaro mentiu, dizendo que as Forças Armadas identificaram “dezenas de vulnerabilidades” no sistema de votação e cobrou resposta do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Depois lançou no ar um enigma sobre algo que acontecerá para “nos salvar” nos próximos dias.

O TSE prontamente rebateu, em nota, as aleivosias do chefe do executivo que, por falta do que fazer, insiste no tema.

Leia a íntegra da nota do TSE:

Nota de esclarecimento: perguntas das Forças Armadas para compreender o sistema serão respondidas em breve

Pedido de informações das Forças Armadas apresentam perguntas técnicas sobre funcionamento do sistema eleitoral. Não há levantamento sobre possíveis vulnerabilidades.

O pedido do representante das Forças Armadas na Comissão de Transparência Eleitoral foi protocolado próximo do recesso, quando os profissionais das áreas técnicas fazem uma pausa. Após este período, o conteúdo começou a ser elaborado e será encaminhado nos próximos dias.

São dezenas de per-

guntas de natureza técnica, com certo grau de complexidade. Tudo está sendo respondido, como foi devidamente comunicado ao referido representante.

Cabe destacar que são apenas pedidos de informações, para compreender o funcionamento do sistema eletrônico de votação, sem qualquer comentário ou juízo de valor sobre segurança ou vulnerabilidades. As declarações que têm sido veiculadas não correspondem aos fatos, nem fazem qualquer sentido.

Contumaz, o chefe do Poder Executivo continua sua marcha para tentar desorganizar o debate político-eleitoral e, consequentemente, o pleito de outubro de 2022, já que pela via da eleição sua vida está muito complicada. A insistência em algo que já foi resolvido tem esse propósito.

O TSE já forneceu todas as esclarecimentos sobre o funcionamento das urnas eletrônicas, mas Bolsonaro não mostrou nenhum interesse em saber quando o tribunal fez suas exposições e debates. Não apareceu ninguém do governo para acompanhar ou tirar dúvidas.

“Nosso pessoal do Exército, da guerra cibernética, buscou o TSE e começou a levantar possíveis vulnerabilidades. Foram levantadas várias, dezenas de vulnerabilidades. Foi o TSE para que pudesse responder às Forças Armadas. Passou o prazo e ficou um silêncio”, disse o mandatário.

“O prazo de 30 dias se esgotou no dia de hoje [quinta-feira]. Isso está

Presidente do TSE afirma que o mandatário antecipou a sua estratégia, que é: ‘não importa quais sejam as respostas, eu vou dizer que a urna eletrônica tem vulnerabilidades’

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, afirmou, no sábado, em entrevista a “O Globo”, que, quando o assunto é urna eletrônica, Jair Bolsonaro “não precisa de fatos, a mentira já está pronta”. “Ele antecipou a estratégia dele, que é: não importa quais sejam as respostas, eu vou dizer que o sistema eleitoral eletrônico tem vulnerabilidades”, apontou Barroso.

Para o ministro, as investidas de Bolsonaro contra as urnas eletrônicas revelam “limitações cognitivas e baixa civilidade”, enquanto favorecem a atuação de milícias digitais — uma relação investigada pela Polícia Federal. O ministro afirma que Bolsonaro facilitou a vida desses grupos ao divulgar dados sigilosos do inquérito que apurava um ataque hacker à Corte.

“Ainda na gestão anterior do TSE, houve uma tentativa de invasão (do sistema). Foi instaurado um procedimento sigiloso no TSE, um inquérito sigiloso na Polícia Federal no qual foram requeridas informações sensíveis sobre a arquitetura interna do TSE e esse material foi colocado na rede social do presidente. O presidente facilitou a vida das milícias digitais”, disse o presidente do TSE.

Barroso também falou do controle que a sociedade tem que exercer sobre as plataformas digitais. “Liberdade de expressão não é liberdade para vender arma. Não é liberdade para propagar terrorismo, para apologia ao nazismo. Não é ser um espaço para que marginais ataquem a democracia. Portanto, ninguém quer censurar plataforma alguma, mas há manifestações que não são legítimas. É justamente para preservar a democracia que não queremos que estejam aqui livremente plataformas que querem destruir a democracia e a liberdade de expressão”, observou o ministro Barroso.

Sobre uma suposta “desconfiança” das Forças Armadas, alardeada por Bolsonaro, Barroso disse que “o que há de minimamente verdadeiro: há um representante das Forças Armadas na Comissão de

Secretário antivacina do Ministério da Saúde rejeita recursos de cientistas contra o kit Covid

O secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos (SCTIE) do Ministério da Saúde, Hélio Angotti Neto, rejeitou os recursos apresentados pelos pesquisadores que rejeitam a incorporação do kit Covid (medicamentos ineficazes) no Sistema Único de Saúde (SUS).

Os recursos contestaram a decisão de Angotti, que não aceitou o relatório aprovado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) contrário aos medicamentos ineficazes contra a doença.

Além do grupo chefiado pelo doutor Carlos Carvalho, responsável pelos estudos encomendados pelo Ministério, outras organizações também se manifestaram. Todos os seis recursos enviados ao ministério foram negados.

Apresentaram ainda recursos a Instituto de Avaliação de Tecnologias em Saúde (IATS), a Rede Paulista de Avaliação de Tecnologias em Saúde (Repats) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

O documento assinado por Carlos Carvalho rebate a decisão de Angotti em cada questão contra a ciência e antivacina e foi enviado para a SCTIE na sexta-feira, dia 4 de fevereiro.

Agora, os recursos deverão ser analisados pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Angotti é seguidor do falecido astrólogo Olavo de Carvalho, o ex-guru do bolsonarismo, e entusiasta do chamado “tratamento precoce” com remédios ineficazes contra a Covid-19.

NOTA
Em uma nota técnica divulgada na página da Conitec, o secretário Hélio Angotti listou

Transparência das Eleições. Em dezembro, ele apresentou uma série de perguntas para entender como funciona o sistema. Elas entraram às vésperas do recesso. Em janeiro, boa parte da área técnica do TSE faz uma pausa, e agora as informações solicitadas estão sendo prestadas e vão ser entregues na semana que vem. Só tem perguntas”.

Para Barroso, Bolsonaro está deturpando os fatos. “Não há nenhum comentário. Não falam de vulnerabilidade. Quando o presidente diz que encontraram vulnerabilidades antes mesmo de receber as respostas às indagações, ele está adiantando, desavisadamente, a estratégia que ele pretende adotar. Para falar a verdade, ele queimou a largada. Ele lança mão dos questionamentos feitos pelo representante das Forças Armadas, quando, na verdade, tudo o que foi feito foram algumas perguntas e, antes de ter recebido as respostas, já disse que tem vulnerabilidades”, afirmou.

“Ele antecipou a estratégia dele, que é: não importa quais sejam as respostas, eu vou dizer que o sistema eleitoral eletrônico tem vulnerabilidades. Ele não precisa de fatos, a mentira já está pronta”, destacou o ministro.

Barroso garantiu que o tribunal vai garantir eleições livres. “O TSE assegurará eleições livres, limpas e seguras. A polarização existe em todo o mundo. E a democracia tem lugar para liberais, para progressistas e para conservadores. Ela só não tem lugar para os que querem destruí-la. Acho que já superamos os ciclos do atraso, e não acho que haja risco de retrocesso, apesar de termos tido alguns maus momentos recentes”, salientou.

Sobre esse “maus momentos”, o ministro lembrou de alguns. “Comício do presidente na porta do quartel-general do Exército, tanques na Praça dos Três Poderes, a minguada manifestação do 7 de setembro com discursos golpistas de desrespeito a decisões judiciais e ataques a ministros. Tudo isso eu acho que mais revela limitações cognitivas e baixa civilidade do que propriamente um risco real”, disse.

Secretário antivacina do Ministério da Saúde rejeita recursos de cientistas contra o kit Covid

uma série de justificativas irrelevantes para não acatar as recomendações da Conitec. Entre elas, Angotti citava o “respeito à autonomia profissional” e a “necessidade de não se perder a oportunidade de salvar vidas”. O secretário também acusou a elaboração dos estudos de seguir um “possível viés na seleção de estudos e diretrizes”.

Na nota técnica, a pasta publicou uma tabela que afirmava haver efetividade e segurança no uso de hidroxiquina no tratamento contra a Covid-19. O documento negacionista dizia que não existe efetividade e segurança no uso de vacinas contra a Covid-19.

Depois de uma avalanche de críticas dos cientistas e da sociedade em geral, a tabela foi retirada do documento, mas o governo manteve a rejeição aos estudos da Conitec.

O partido Rede Sustentabilidade entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Ministério da Saúde pela decisão retrógrada.

Tony Winston/MS



Hélio Angotti Neto, do MS

Ibama fiscalizou somente 1,3% dos alertas de desmatamento na Amazônia

Desmonte do órgão realizado incentiva a atuação dos desmatadores. “Isto é preocupante, dado que quase 99% dos alertas de desmatamento mostram sinais ou evidências de ilegalidade”, destaca o relatório do ICV

Um estudo realizado pelo Instituto Centro de Vida (ICV) traz mais uma evidência do processo de desmonte da política ambiental em curso no país durante o governo Jair Bolsonaro (PL). O levantamento mostra que apenas 1,3% dos 115.688 alertas de desmatamento na Amazônia publicados pela plataforma MapBiomias, entre os anos de 2019 e 2020, foi alvo de fiscalização e resultou em embargos ou autos de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Isso representa 6,1% do total da área desmatada detectada.

Em maio do ano passado, o MapBiomias já havia indicado que o total de alertas de desmatamento atendidos pelo Ibama em cinco municípios prioritários da Amazônia era de apenas 2%.

O governo não pode alegar nem que não sabia sobre as áreas desmatadas, nem que não tinha recursos para agir. Isso porque o conjunto de dados utilizou o cruzamento dos alertas de desmatamento emitidos pela plataforma MapBiomias, que leva em consideração as informações geradas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) — que são órgãos federais —, com os processos de responsabilização e autos de infrações emitidos por outros órgãos públicos.

Além disso, o governo já possui tecnologia para fiscalizar à distância pelo menos parte do território amazônico, o que libera trabalho de campo e agiliza o processo de fiscalização. Desde 2017, a operação Controle Remoto cruza imagens de satélite com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para detectar os desmatamentos recentes e enviar por correio as multas ou embargar automaticamente determinadas áreas. Só que no atual governo nada disso acontece. Pelo menos, não como deveria.

Os pesquisadores analisaram dados da Amazônia, levando em consideração os nove estados: Pará, Mato Grosso, Maranhão, Rondônia, Amazonas, Tocantins, Acre, Roraima e Amapá.

Ao cruzar alertas de desmatamento com as ações do Ibama, o ICV concluiu que apenas 1,3% dos casos foram efetivos. Quando a mesma análise é feita em relação às ações civis públicas interpostas pelo Ministério Público Federal (MPF), o índice cai para 1,15%.

Em 10 de fevereiro de 2021, há um ano atrás, exatamente, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que 70% dos crimes ambientais na Amazônia estavam concentrados em 11 municípios, de quatro estados.

Ele definiu essas regiões como áreas “prioritárias” para. De acordo com o levantamento do Instituto Centro de Vida, nem o plano previsto pelo próprio gover-

no foi efetivo.

“Nem mesmo os 11 municípios definidos pelo Conselho Nacional da Amazônia como prioritários para receber operações militares mostram uma fiscalização satisfatória — apenas 3% dos 22.583 alertas detectados receberam autos de infração e/ou embargos do IBAMA, o que representa 12% da área desmatada”, aponta o relatório do ICV.

“Isto é preocupante, dado que quase 99% dos alertas de desmatamento no Brasil ainda mostram sinais ou evidências de ilegalidade, ou pelo menos as autorizações correspondentes não são registradas em bases de dados disponíveis ao público”, continua o relatório.

Em 2021, o Ibama liquidou apenas 41% dos R\$ 219 milhões que estavam disponíveis para fiscalizar os biomas brasileiros contra crimes ambientais, entre eles a Amazônia e o Cerrado. Segundo o Observatório do Clima, o Ibama gastou R\$ 88 milhões (41%). Nos governos anteriores a Bolsonaro, o instituto costumava gastar entre 86% a 92% dos recursos disponíveis para fiscalização.

“Havia dinheiro para reforçar o combate ao desmatamento em 2021, mas o Ibama usou menos da metade do orçamento até dezembro. No caso da prevenção e controle de incêndios florestais foram liquidados até 31 de dezembro R\$ 40,3 milhões, ou 70% dos recursos”, apontou o documento do Observatório do Clima, rede que reúne mais de 70 entidades da sociedade civil.

A redução da aplicação do dinheiro em fiscalização ocorre em meio a altas taxas de desmatamento no país — além da promessa feita pelo Brasil na Conferência Climática da Organização das Nações Unidas (COP26) de que irá acabar com desmatamento ilegal em 2028. Números oficiais do Inpe apontam que o Brasil perdeu (entre agosto de 2020 e julho de 2021) a maior área de floresta desde 2006 — 13 mil km² de floresta, o que equivale a mais de 10 cidades do Rio de Janeiro e representa uma alta de 22% em comparação com o mesmo período entre 2019 e 2020.

Os dados são do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que monitora a região por meio de imagens de satélites.

O recorde negativo de desmatamento desde 2012 já havia sido batido em 2020, quando foram destruídos 8.096 km² de floresta. Na comparação, 2021 teve uma área desmatada 29% maior do que 2020.

Apesar do mês de dezembro ter apresentado uma redução de 49% no desmatamento — passando de 276 km² em 2020 para 140 km² em 2021 —, o recorde negativo anual é extremamente grave diante das consequências dessa destruição.

Filho de nove anos de líder rural é assassinado a tiros por encapuzados em Pernambuco

Um menino de 9 anos foi assassinado a tiros na noite de quinta-feira (10), na frente dos pais, no município de Barreiros, em Pernambuco.

O crime bárbaro aconteceu por volta das 21h, quando sete homens encapuzados, fortemente armados, invadiram a casa do presidente da associação dos agricultores familiares, Geovane da Silva Santos, e atiraram no trabalhador rural, que foi atingido de raspão no ombro.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os homens atiraram no filho do agricultor, que se escondia de baixo da cama com a mãe. A criança não resistiu aos disparos e morreu.

Os agricultores da região afirmaram que a casa do presidente da associação já foi alvo de outros atentados. A CPT denuncia que nos últimos anos a comunidade vem sofrendo diversas ameaças e violências por empresas que exploram economicamente a área, com intimidações, destruição de lavouras e com contaminação das fontes de água. “Disseram que era a polícia”, afirmou o pai do menino.

Segundo Lenivaldo Lima, advogado da CPT, a polícia realizou perícia no local do crime, na sexta-feira (11), e coletou o depoimento de dois vizinhos. A

cena do crime não foi preservada até o momento da perícia, já que a família havia lavado o cômodo após a morte do menino.

Lenivaldo passou o dia todo no engenho, acompanhando a família. Ele diz que os moradores estão muito amedrontados e afirma que durante as conversas não surgiu outra possível motivação para o crime além do conflito agrário.

“Eles dizem ‘Como que isso pode ter acontecido? Uma família que não faz mal para ninguém, que não tem nenhum inimigo, nenhum desafeto’”, disse o advogado.

O advogado afirmou, ainda, que os pais estão muito abalados e que, por isso, não foram ouvidos pela polícia. A previsão é de que eles prestem depoimento na segunda-feira (14).

O Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PEPDDH) planeja uma visita à comunidade neste sábado (12) para fazer uma escuta no local. De acordo com a CPT, a depender do caso, os moradores poderão ingressar neste programa ou no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Pernambuco. Se houver interesse dos moradores, eles poderão deixar o local e ingressar imediatamente no Núcleo de Acolhimento Provisório.



DIA DO FOGO - Áreas incendiadas por fazendeiros em ação coordenada, foram transformadas em plantação de soja na cidade de Novo Progresso, no Pará. Até o dia de hoje, nenhum dos acusados pelos incêndios foi punido

Marina: PL que libera agrotóxicos é um “ataque à saúde pública, ao meio ambiente e às instituições”

A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (Rede) criticou a aprovação do texto-base do projeto de lei (PL) que libera o uso de agrotóxicos no Brasil e desmascarou o governo. “É uma completa corrida do governo Bolsonaro para cumprir a agenda da boiada em todos os sentidos nesse momento”.

Marina classificou o PL como um “ataque à saúde pública, ao meio ambiente e ao funcionamento das instituições”.

“Ainda que seja feito o discurso da modernização, da ciência, na verdade o que estão fazendo é tirar o Ibama e a Anvisa do processo de decisão em relação à liberação desses agrotóxicos”, apontou Marina Silva.

O projeto, apelidado de “pacote do veneno”, foi votado após um completo atropelo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, que aprovou o regime de urgência e, em seguida, a votação do plenário



Marina Silva denuncia a “corrida do governo Bolsonaro para cumprir a agenda da boiada”

por 301 votos a favor e 150 contrários, além de duas abstenções.

O projeto de lei 6299/02 altera diversos pontos sobre os agrotóxicos, como experimentação, produção, embalagem, transporte, comercialização, propaganda comercial, destino final dos resíduos, registro, classificação e fiscalização de agrotóxicos e seus componentes.

Para Marina Silva, Bolsonaro está acelerando o

processo de liberação dos agrotóxicos com o apoio do centrão.

“O centrão assumiu agora o lugar do Ricardo Salles, [ex-ministro do Meio Ambiente]. O deputado Arthur Lira [presidente da Câmara] é o operador que coloca todos esses projetos do retrocesso, do desmonte da legislação ambiental e do cuidado com o meio ambiente e com a saúde pública”.

Governo Bolsonaro quer anistiar porte de armas irregulares e de origem suspeita

O governo Jair Bolsonaro (PL) está trabalhando uma proposta de anistia a quem tem armas de fogo irregulares. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, diz que levará a Bolsonaro a proposta de elaboração de uma medida provisória.

“É uma questão fundamental regularizar essas armas, para que possamos saber onde estão e a quem pertencem. Hoje não temos conhecimento nenhum sobre grande parte delas”, afirmou o ministro que pretende com a MP permitir que proprietários registrem as armas sem multa ou punição. Essa é uma antiga reivindicação da bancada da bala, no Congresso Nacional.

Em sua gestão, o governo Bolsonaro flexibilizou regras para a compra e a posse de armamentos. Tornou-se possível por exemplo importar armas de marcas estrangeiras e possuir de forma menos burocrática armas de calibres mais potentes.

A anistia que o governo pretende propor é diferente da realizada quando o Estatuto do Desarmamento foi colocado em prática, entre 2004 e 2005. Naquela ocasião, as pessoas tinham que entregar suas armas para a Polícia Federal, recebiam uma pequena remuneração e não eram punidas por ter armas irregulares.

Agora, o que o governo pretende é regularizar armas que foram adquiridas de forma ilegal e manter a posse desses armamentos com os proprietários. No Twitter, a proposta já é chamada



Milícia Rural da UDR, chefiada por Nabhan Garcia, integrante do Ministério da Agricultura de Bolsonaro

de “MP das Milícias”, em referência à expectativa dos grupos criminosos de legalizarem armamentos.

Se o governo edita uma MP neste sentido, ela passa a ter força de lei imediatamente, mas, para não caducar, tem de ser chancelada pela Câmara e pelo Senado.

O governo ainda atua por outras frentes para garantir que saia, ainda este ano, a anistia para quem tem armas de fogo irregulares. O ministro da Justiça trabalha para incluir o tema em projetos que tratam da possibilidade de ampliar o porte de armas no país. Essas propostas já tramitam no Congresso Nacional.

Ao todo são 45 medidas. A lista, elaborada pela Casa Civil, foi publicada nesta quarta-feira (9) no Diário Oficial da União. Na relação, estão os dois projetos que dizem respeito ao acesso às armas. Um deles autoriza o porte de armas para uma série de categorias que não

estão contempladas no Estatuto do Desarmamento, entre elas guardas municipais, auditores da Receita Federal e oficiais de Justiça. A proposta já tramita na Câmara dos Deputados. Outro projeto, que está no Senado, propõe diversas alterações no Estatuto do Desarmamento e no Código Penal.

A ideia do Ministério da Justiça é aproveitar as duas propostas para fazer andar mais rapidamente no Legislativo a anistia a quem possui armas em situação irregular.

A redação final do texto ainda não está pronta, embora seja tema prioritário para Bolsonaro. Ainda não há um prazo para que essas alterações sejam enviadas ao Congresso. O governo está avaliando o melhor momento para fazer a proposta, para que ela ande com rapidez e não fique presa nos tramites parlamentares, especialmente pelo revés político que o tema tem no Congresso.



Presidente da Fundação Palmares chamou refugiado de “vagabundo”

Parasita ataca a memória de Moïse

O presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, atacou nesta sexta-feira (11) o refugiado congolês Moïse Kabagambe, de 24 anos, cruelmente espancado até a morte em um quiosque no Rio de Janeiro, para negar que houve racismo.

Em publicação no Twitter, o bolsonarista afirmou que o refugiado “andava e negociava com pessoas que não prestam” e que “foi um vagabundo morto por vagabundos mais fortes”.

“Moïse andava e negociava com pessoas que não prestam. Em tese, foi um vagabundo morto por vagabundos mais fortes. A cor da pele nada teve a ver com o brutal assassinato. Foram determinantes o modo de vida indigno e o contexto de selvageria no qual vivia e transitava”, escreveu o presidente da Palmares.

Horas antes, Camargo havia publicado que “não existe a menor possibilidade” de a Fundação Palmares prestar homenagens ao congolês. Segundo ele, Moïse foi vítima de um crime brutal, mas “não fez nada relevante no campo da cultura”.

“Moïse foi morto por selvagens pretos e pardos - crime brutal. Mas isso não faz dele um mártir da ‘luta antirracista’ nem um herói dos negros. O crime nada teve a ver com ódio racial. Moïse merece entrar nas estatísticas de violência urbana, jamais na história”, disse Camargo ao se referir a uma declaração do poeta e escritor franco-congolês Alain Mabanckou, que participa da 11ª edição da Festa Literária das Periferias (Flup) no Rio.

A família de Moïse aponta que ele foi morto após cobrar uma dívida de R\$ 200 referentes a diárias de trabalho no quiosque Tropicália, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio. Três suspeitos que aparecem no vídeo que mostra o congolês sendo espancado já foram presos. Eles negaram disseram que as agressões que amarraram e espancaram Moïse para dar “um corretivo” após abrir uma geladeira do estabelecimento para pegar cervejas.

FAMÍLIA AÇIONARÁ JUSTIÇA CONTRA SÉRGIO CAMARGO

O procurador da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio, Rodrigo Mondago, que também representa a família de Moïse, disse que Camargo vai responder pelas declarações:

“Esse VAGABUNDO vai responder por essa mentira absurda que está falando. A família do Moïse está estarelecida com essa fala criminosa desse sujeito. Já estamos estudando as medidas cabíveis”.

O presidente do grupo Comunidade Congoleza no Brasil, Fernando Mupapa, diz que Camargo precisa aprender a ser gente e pede exoneração dele do cargo. “Ele é um parasita que se diz negro. Não é um ser humano. Se fosse, deveria ter um pingue de respeito e dignidade para falar assim sobre uma pessoa que foi brutalmente assassinada”, disse Mupapa.

“A morte do Moïse causou dores na família e no mundo inteiro, independentemente da raça, todos rechaçaram esse crime”.

Para ele, é uma vergonha ter Camargo à frente da Fundação Palmares.

“Tem que expulsar esse parasita do cargo que está ocupando. Em nome da Comunidade Congoleza no Brasil, repudio essa pessoa e peço a destituição dele desse cargo. Ele é um parasita no meio dos negros. Ele é uma vergonha. E como se fosse o negro que o colonizador usava para maltratar outros negros e, por isso, se achava melhor que os outros”, completou.

Justiça aceita denúncia contra policiais civis pelo assassinato do garoto João Pedro, no Rio

A Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) contra os policiais civis Mauro José Gonçalves, Maxwell Gomes Pereira e Fernando de Brito Meister, pelo assassinato do menino João Pedro Matos Pinto, de 14 anos, em 18 de maio de 2020, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ). Agora, eles viraram réus por homicídio duplamente qualificado — por motivo torpe e sem dar chance de defesa à vítima. Os agentes também foram denunciados por fraude processual, por terem modificado a cena do crime com o objetivo de prejudicar as investigações.

A decisão da quarta-feira (9), determinou que os policiais sejam suspensos do “exercício da função pública” e também os proíbe de acessar qualquer dependência da Polícia Civil. Os policiais respondem ao processo em liberdade, mas poderão ter a prisão preventiva decretada, caso descumpram qualquer medida cautelar imposta pela decisão.

A investigação afirmou, ainda, que os policiais produziram marcas de disparos de arma de fogo junto ao portão da garagem do mesmo imóvel, tudo para se eximir da responsabilidade criminal. Na denúncia, o MP também pediu a proibição de manter contato com testemunhas e de acessar as dependências de qualquer unidade da Polícia Civil. Todos os pedidos foram concedidos na decisão de quarta.

A denúncia descreve que o crime foi cometido por motivo torpe, porque os policiais presumiram que haveria criminosos na casa de João Pedro.

O MP assinala, ainda, que mesmo sem que houvesse qualquer reação armada ou resistência, a conduta dos policiais dificultou a defesa da vítima, já que os agentes denunciados entraram de surpresa no terreno e tinham “ampla e irrestrita superioridade de meios e recursos”.

'Reforma piorou relações trabalhistas e deve ser revista,' diz chefe do MPT



“Vamos manter mobilização por reajuste o quanto for necessário”, diz líder dos servidores públicos

O líder dos servidores de carreira, Rudinei Marques, presidente Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que representa 200 mil funcionários, falou ao HP, nesta terça-feira (8), sobre a campanha salarial do funcionalismo.

Há três anos sem reposição da inflação, que já corroeu quase 30% dos salários, os servidores vêm intensificando a mobilização contra o arrocho. No início do mês o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), defendeu reajuste apenas para os policiais federais, deixando 90% dos servidores de fora, como parte da política eleitoral de Bolsonaro.

Rudinei declarou que “nesta semana e na próxima estaremos expandindo a preparação nas bases. Todas as categorias estão em mobilização interna, assembleias, protestos, formas de pressão e os comissionados continuam entregando os cargos. É um período de retomada. Muita gente de férias, teletrabalho. Aqui mesmo na CGU, no Tesouro Nacional, estamos marcando assembleia para terça-feira. Os funcionários do Banco Central param também fazem paralisação nesta quarta-feira por reajuste”.

“Lançamos a campanha salarial em janeiro. Estamos focados no curto prazo. Mesmo no período eleitoral, a gente sabe que o governo pode decidir repor as perdas com a inflação. Isso pode durar até junho. Estamos preparados para levar adiante esta campanha”, afirmou, lembrando que “já tivemos campanhas que extrapolaram um ano de lutas. Não vai ser a primeira vez. Em 2007, só acabou em 2008. Em 2015, se considerarmos os encaminhamentos dos projetos de lei ao Congresso Nacional, foi um ano e meio. Por isso, é manter essa firmeza no calendário de mobilizações”, ressaltou.

PEREIRA



Bolsonaro joga reajuste de policiais para 2023 e descumpra promessa

Em entrevista à TV Brasil, na sexta-feira (11), Bolsonaro sinalizou que o reajuste das carreiras policiais pode ficar para 2023.

Na sua fala, Bolsonaro tentou jogar a responsabilidade pelo reajuste não acontecer sobre outras categorias de servidores que estão com os salários arroxados e reivindicam reajuste também. Segundo ele, caso não haja um “entendimento” com as demais carreiras não haverá reajuste também para os policiais.

“Se houver entendimento, por parte dos demais servidores, alguns ameaçam greve, etc, a gente pretende conceder essa recomposição aos policiais federais, rodoviários federais, e aos agentes penitenciários. Se não houver entendimento, a gente lamenta e deixa para o ano que vem”, declarou.

O “entendimento” que Bolsonaro quer é que os servidores se calem diante dos salários defasados.

Os servidores públicos brigam para que seja reposta a inflação sobre seus salários, que acumulam perdas de

aproximadamente 20%, desde 2017. O funcionalismo já realizou atividades, como assembleias e paralisações em defesa do reajuste.

“Tem uma polêmica sobre que teríamos reservado, e é verdade, quase R\$ 2 bilhões para conceder reposições à PF [Polícia Federal], à PRF [Polícia Rodoviária Federal] e ao pessoal que trabalha no sistema penitenciário. Houve uma grita geral. Muitos servidores querem aumento também”, afirmou Bolsonaro, em entrevista à TV Brasil.

Mesmo sendo uma base eleitoral de Bolsonaro, desde o princípio a promessa do suposto reajuste para os policiais foi rebatida pelo seu ministro da Economia, Paulo Guedes. Bolsonaro não combinou com Guedes? Combinou... para não ter reajuste.

O ministro e integrantes do governo passaram a tratar como certo que não haverá reajuste neste ano para nenhuma categoria, escancarando a demagogia e a encenação de Bolsonaro com os policiais.



José Pereira, procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT)



Governo se opõe aos princípios da OIT que garantem segurança no trabalho

O governo Bolsonaro se opôs à inclusão de “condições de trabalho seguras e saudáveis como um dos princípios fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”. O tema entrará na agenda da Conferência Internacional do Trabalho, no mês de maio, para aprovação por governos, trabalhadores e empregadores.

A OIT possui oito convenções consideradas princípios fundamentais e direitos do trabalho, como: liberdade sindical; direito de negociação coletiva; erradicação do trabalho forçado e do trabalho infantil; igualdade de remuneração; contra discriminação de emprego e ocupação. As normas internacionais do trabalho são elaboradas por representantes dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores e adotadas em conferência internacional do trabalho da OIT. Ao ratificar uma convenção, o país se compromete a aplicá-la.

A denúncia foi feita em uma reportagem do Valor Econômico que afirmou que o Ministério do Trabalho brasileiro, ao invés de defender melhorias nas relações laborais, agiu para tentar impedir o avanço da proposta, alegando que poderia haver uma enxurrada de ações trabalhistas.

O governo Bolsonaro está sendo marcado, desde seu início, como um mandato que buscou sucatear os

direitos dos trabalhadores e, mesmo derrotado em vários episódios, insistiu na introdução de dispositivos da chamada “carteira verde e amarela” para reduzir direitos trabalhistas e previdenciários. Assim como vem atuando para o desmonte do Ministério Público do Trabalho e das fiscalizações de combate ao trabalho análogo à escravidão.

A OIT estima que, a cada ano, 2,78 milhões de mortes são ligadas a doenças vinculadas ao trabalho. Além do sofrimento das famílias, os custos econômicos são enormes para as empresas e os países, gerando despesas de saúde que chegam a 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

Desde o surgimento da pandemia, trabalhadores e trabalhadoras em setores específicos, como emergência, saúde e assistência social, estão particularmente vulneráveis ao risco de contágio. De acordo com os dados citados no relatório, 7.000 profissionais da saúde morreram desde o início da crise, enquanto 136 milhões de profissionais da saúde e da assistência social correm o risco de contrair Covid-19 no ambiente de trabalho.

Em 2021, a OIT publicou um relatório destacando que a pandemia reforçou a necessidade de serviços de saúde no trabalho e mencionou riscos enfrentados, tanto por profissionais nos setores de saúde e de cuidados, como em outros locais de trabalho vistos como

fonte de surtos do vírus.

“Não poderia haver demonstração mais clara da importância de um ambiente de segurança e saúde ocupacional forte e resiliente. A recuperação e a prevenção exigirão melhores políticas nacionais e estruturas institucionais e regulatórias devidamente integradas às estruturas de resposta a crises”, disse o diretor-geral da OIT, Guy Ryde.

Contudo, de acordo com a matéria do Valor, a ação do Ministério do Trabalho não prosperou na cena multilateral, até porque os parceiros se sentem confortáveis com o futuro novo princípio da OIT. Com isso, mais uma vez, o governo Bolsonaro deixa o Brasil praticamente isolado na cena internacional. A reportagem afirma que alguns países podem até ter “um pouco de preocupação”, mas acham que politicamente o custo de ficar contra é muito elevado.

“Essa discussão está em curso no conselho de administração da OIT e estamos consultando nossos membros sobre essa importante questão”, reagiu a Organização Internacional dos Empregadores (OIE).

A entidade tem mais de 40 convenções e recomendações que tratam especificamente da segurança e da saúde no trabalho, praticamente metade dos instrumentos da entidade envolve direta ou indiretamente esse tema.

“Reforma trabalhista trouxe informalidade, corte de direitos e desemprego”, diz órgão

O chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), o procurador-geral José de Lima Ramos Pereira, defendeu que a reforma trabalhista, aprovada em 2017, não entregou o que prometia e precisa ser revista. Segundo o procurador, o órgão está disposto a discutir o tema.

O procurador defendeu que toda reforma tem que ser em benefício das relações de trabalho, e não o contrário. “Vamos aos fatos. Houve aumento dos postos de trabalho? Não. Temos, em 2021, 14,8 milhões de trabalhadores desempregados. A flexibilização com a terceirização bem ampla melhorou a vida? Não. Diminuiu a informalidade? Ao contrário, aumentou. Então, houve melhoria da condição de trabalho? Não. Essa reforma de tantos pontos precisa ser revista. Tanto é assim que o Supremo já declarou pelo menos dois pontos inconstitucionais”, afirmou o procurador-geral do Trabalho ao Poder Entrevista.

Pereira lembrou que é inconstitucional a restrição do acesso gratuito à Justiça, com a cobrança de honorários periciais e sucumbenciais dos trabalhadores. A ideia defendida à época era de que, com isso, haveria uma redução na judicialização de ações através de acordos, com a prevalência do negociado sobre o legislado. Contudo, o que se desenhou foi uma proibição da busca de trabalhadores por seus direitos ao estabelecer que estes deveriam arcar com os custos dos processos se perdessem as ações.

“Não se negocia da mesma situação quando se tem um desequilíbrio econômico muito grande. Quando o empregado se recusa a fazer determinada coisa, vai para a rua, perde o emprego. Então tem que ter um equilíbrio, e quem tem que fazer isso é o poder do Estado”, defendeu o procurador.

De acordo com o chefe do MPT, “o fato do Supremo reconhecer que há dispositivos inconstitucionais na reforma só demonstra que há a necessidade de, primeiro, um amplo debate - que não foi feito na reforma trabalhista, foi uma decisão do governo e pronto”.

“Precisamos fazer como foi feito na Espanha agora - já que queriam usar a experiência espanhola. Vamos chamar governo, trabalhadores, empregadores, sociedade civil. O Ministério Público do Trabalho se dispõe a ser um ator ativo e social nesse debate. E vamos ver os pontos que estão estrangulados, que não deram certo. Existem? Existem, porque a reforma não entregou o que prometeu. Então vamos buscar esses pontos. O Supremo já descobriu dois, vamos descobrir os outros e vamos sentar e fazer um ajuste dessa reforma. Acredito que sim, precisa de um ajuste, de uma reforma dessa reforma”, continuou.

O procurador afirmou que essa política que tenta impor o negociado sobre o legislado permitiu que os trabalhadores perdessem direitos previstos pela legislação trabalhista.

“O que eu aprendi desde a minha época de estudante é que a lei prevê o mínimo, o máximo pode ser negociado. Com essa inversão, o negociado começou a possibilitar que haja menos do que a lei prevê. Isso é uma inversão. Isso seria interessante se houvesse um equilíbrio de forças entre o empregado e o empregador, o que não tem! A regra é que o empregador tem um poder econômico muito superior ao do empregado. Não tem equilíbrio de negociação quando um lado é muito mais forte que o outro”, disse.

“Não funciona! Qual o primeiro ponto que você pensa numa relação de trabalho? Ter um emprego. Temos quase 15 milhões de pessoas desempregadas. Hoje a pessoa busca estar empregada, depois vai buscar outras coisas. Aí o tra-

balhador diz ‘não concordo que o senhor queira fazer com que eu trabalhe por 12 horas seguidas, sendo que tenho 8 horas de trabalho regulares, mais duas extras e o senhor quer mais duas extras’. Aí ele reclama disso, o que empregador faz com ele? Dispensa”, continuou.

Pereira afirmou que esse é um debate que precisa acontecer independentemente de quem esteja no governo no próximo ano.

“Independentemente de quem esteja no governo, na presidência da República, no governo do Estado ou na Prefeitura, você vai ter relações de trabalho sempre. O negociado sobre o legislado não pode ter. Igual a questão da vacinação, não pode ter política nisso, no caso da vacina você tem a ciência. No caso do negociado sobre o legislado, a juridicidade demonstra que hoje não está funcionando”, completou.

REVOGAÇÃO

Para o procurador, há outros pontos que são prejudiciais aos trabalhadores e que precisam ser revogados. Dentre eles, está o dispositivo que permitiu o trabalho da gestante em ambientes insalubres. “É um ponto que tem que ser desfeito!”, defendeu.

Pereira defendeu que os ataques feitos às organizações sindicais também precisam ser revogados e defendeu que “deve ser discutida uma forma de garantir o fortalecimento do sindicato, que é um fortalecimento necessário porque o sindicato faz um grande papel”.

Entre os ataques aos sindicatos está a retirada da participação das entidades representativas dos trabalhadores para participar da rescisão contratual. “Esse é um ponto que não foi bom, porque retira força do sindicato. O próprio imposto sindical, que foi retirado. Da forma que fizeram, o sindicato perde muita força e isso é ruim para a sociedade”, disse.

“Uma coisa é a pessoa na empresa que trabalha reclamar de algo a que você tem direito, outra é o sindicato dizer, sem mencionar seu nome para te manter protegida. O sindicato é necessário! Tem ambientes de trabalho que são perigosos, insalubres e que precisam de alguém para proteger o trabalhador. Esse alguém tem que ser o sindicato”, disse o procurador.

“Esse é um dos pontos, mas tem outros que precisam ser discutidos para melhorar as relações de trabalho.”

PANDEMIA

O procurador José de Lima Ramos Pereira condenou a proposta de redução do tempo de isolamento dos trabalhadores diagnosticados com Covid-19, permitida em janeiro pelo Ministério da Saúde. “Não adianta encurtar etapas porque pode haver um mal maior, a contaminação. Eu, no lugar do empregador, adotaria, pelo princípio da precaução, um tempo de pelo menos 7 dias, que é o tempo que a Sociedade Brasileira de Infectologia diz que é o melhor”, disse.

“Todo local de trabalho tem que ser preservado. O responsável por isso é o empregador. A ele, cabe garantir que o meio ambiente seja saudável para os empregados. O 1º passo é exigir a vacinação das doses necessárias, pelo menos da dose única ou das duas doses”, continuou o procurador.

De acordo com o procurador, em caso de contaminação no local de trabalho, o empregador pode ser responsabilizado nas esferas trabalhista, cível, administrativa e, em alguns casos, até penal, mesmo com a nova regra do governo federal. “O empregador não tem como se justificar dizendo que o governo fala que é 5 dias [de afastamento]. Ele é dono do negócio. Ele que decide. Não vai ser o governo que vai decidir por ele”, afirmou.

HP CHARGE DO ÉTON



Falece como preso de Ortega o comandante Hugo Torres, líder da libertação da Nicarágua

LEONARDO WEXELL SEVERO

O ex-guerrilheiro e general sandinista Hugo Torres Jiménez faleceu neste sábado (12) na Nicarágua, aos 73 anos, como preso político desde junho de 2021 do governo de Daniel Ortega e de sua esposa Rosario Murillo.

Antecipando-se às eleições daquele ano, o regime enviou ao cárcere todos os que ousassem questionar as fraudulentas eleições presidenciais. Assim foram parar na cela os sete candidatos opositoristas, bem como dezenas de lideranças estudantis, camponesas e jornalistas.

O heroico combatente, que chegou a libertar o próprio Ortega – seu atual carrasco – das mãos da ditadura de Somoza, encontrava-se detido sem sequer ser julgado e nem haver data de audiência. Para piorar, foi jogado em El Chipote, considerado um centro de tortura por organizações de direitos humanos, de onde foi retirado em estado grave há cerca de dois meses.

“A Nicarágua vive hoje um estado policial e repressivo, um estado de sítio de fato, onde não há segurança para ninguém. O estado de terror em que vivemos é o estado que Ortega quer que prevaleça”, denunciou Hugo Torres, pouco antes de ser detido.

O banho de sangue promovido pela ação de policiais e paramilitares contra os protestos sociais de 2018 deixou 328 mortos, mais de mil feridos, 1.600 detidos e fez mais de 100 mil pessoas migrarem ou se exilarem, conforme levantamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Atualizados, os números podem ser ainda maiores.

Ativistas de direitos humanos vinham alertando para o agravamento das condições de saúde do combatente, do qual se desconhecia o real paradeiro. “Onde está Hugo Torres? O levaram doente de El Chipote”, havia denunciado Vilma Núñez, presidenta do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos.

Para o defensor de direitos humanos, Gonzalo Carrión, “toda a morte de uma pessoa sob custódia dos carcereiros pertence àqueles que a mantêm na prisão”. “Há uma responsabilidade da Direção de Assistência Judiciária de El Chipote, há uma responsabilidade do Estado, da Polícia Nacional e daqueles que ordenaram a repressão. É uma responsabilidade direta do Estado e de Daniel Ortega”, sublinhou.

Carrión assinalou que foram violados os direitos de Hugo Torres à vida, à saúde, à liberdade e à integridade pessoal. “Esta é uma privação de forma arbitrária, inconstitucional e em violação de todos os seus direitos. A responsabilidade do Estado é enorme porque quem a guarda tem a responsabilidade de garantir a saúde e a segurança pessoal”, argumentou o defensor de direitos humanos.

A sua detenção completamente ilegal e arbitrária foi feita com um enorme aparato policial no qual inclusive se utilizaram drones. “Arisquei a vida para tirar Ortega da cadeia, mas são assim as voltas da vida: quem um dia abraçou os princípios hoje os traiu”, resumiu, com tom firme, o líder guerrilheiro, após receber a acusação de “traidor da pátria”, a mesma pela qual lutou toda a sua vida.

“O fato é que Hugo Torres chegou bem na prisão e começou a apresentar problemas de saúde no final do ano. A partir de então, o regime ficou durante todo o tempo calado, não comunicando sequer para onde tinha enviado o prisioneiro”, recordou Maria Mercedes Salgado, ex-diplomata do governo da Revolução Popular Sandinista no Brasil e doutoranda em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Mercedes lembrou que o comandante foi um destacado líder do antigo Movimento de Renovação Sandinista (MRS), atual militante da União Democrática Renovadora (Unamos) e que seu exemplo de bravura e coragem permanecerão vivos, estampando a falta de limites de Ortega.

A comandante guerrilheira Mónica Baltodano, histórica liderança da FSLN, ex-deputada da Assembleia Nacional e dirigente do Movimento Resgate do Sandinismo ressaltou que a saúde de Torres se agravou com o encarceramento e que seus familiares denunciaram que desde dezembro desconheciam seu paradeiro e não haviam podido visitá-lo. “Ele passou mais de dez dias em estado grave e, sem que pudesse receber a condição adequada, já saiu da cela quase em estado de inatividade. Não houve uma única palavra de informação da Polícia, de seus carcereiros”, relatou.

Em artigo no jornal nicaraguense O Confidencial, Baltodano escreveu que “Hugo Torres foi retirado da cela que dividia com outros prisioneiros em El Chipote; que nas últimas semanas ele havia adoecido rapidamente e que seus companheiros tiveram que ajudá-lo várias vezes, pois, devido ao grau de inchaço nas pernas, mal conseguia se mover sozinho”. “Ele foi tratado por médicos da prisão, mas eles não conseguiram aliviar sua situação. Naquele dia, Hugo sofreu um longo desmaio. Então foi levado de sua cela para um destino desconhecido”, denunciou.

TRAJETÓRIA EXEMPLAR

Hugo Torres se somou à Frente Sandinista de Libertação Nacional nos anos 70 e comandou a operação político-militar “Dezembro Vitorioso” que, em 1974, estampou as atrocidades do governo pró-EUA da família Somoza, projetou a FSLN para o mundo e conseguiu a libertação de vários presos políticos da ditadura, entre eles Daniel Ortega. Posteriormente, teve participação destacada na segunda operação político-militar da FSLN, a “Operação Chanchera”, em agosto de 1978, libertando inúmeros presos políticos, como o já falecido dirigente Tomás Borge.

Acima de tudo, Torres deixou intacta a sua figura humilde de combatente. Recorda que viveu em León, a cinco casas do poeta Rigoberto López Pérez, que justicou em 1956 o ditador Anastasio Somoza García. Marchou ao lado do lendário comandante Carlos Fonseca, sobreviveu à brutalidade da repressão que matou mais de três mil camponeses – deixando a guerrilha praticamente sem colaboradores –, passou inúmeros dias sem comer, recorrendo à escassez de tubérculos, cascas de banana e carne de macaco, e ao padecimento de leishmaniose, a temível lepra das montanhas.

“Nunca imaginei que na minha idade iria estar lutando de maneira cívica e pacífica contra uma nova ditadura. A ditadura de Somoza não logrou encarcerar-me, lutamos duro, morreram muitos companheiros. Era outro espaço, outros tempos e outro contexto, hoje a luta é pacífica e isso nos dá uma grande fortaleza”, recordou Hugo Torres, clamando os nicaraguenses a persistir.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Médico italiano se arrepende de ter liderado manifestações antivacina



Manifestantes antivacina perpetrando ato violento nas ruas de Roma

“Deixem Cuba respirar, chega de bloqueio”, exige Susan Sarandon

A atriz norte-americana Susan Sarandon, se juntou à campanha global pelo fim do bloqueio que os Estados Unidos impõem a Cuba.

“Chegou a hora de acabar com o bloqueio e deixar Cuba respirar”, declarou a atriz. Ela destacou ainda o trabalho da maior das Antilhas na produção de vacinas contra a Covid-19.

“Agora, Cuba anunciou a produção de milhões de vacinas contra a Covid-19 para os países do Sul Global. O embargo é a única coisa que está no caminho desta contribuição”, afirmou Susan.

Além de sua carreira como atriz, Susan Sarandon tem se destacado por seu compromisso social e político por meio de diferentes organizações, incluindo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Da mesma forma, nos EUA, ela atua de forma ativa contra o racismo e em defesa dos excluídos.

A vencedora do Oscar de melhor atriz pelo longa “Os Últimos Passos de Um Homem”, visitou Cuba em diversas ocasiões. Sua visita mais recente foi em 2019, junto com o ator Owen Wilson. Nesta viagem eles visi-



Susan Sarandon destaca a produção de vacinas por Cuba

taram as ruas de Havana e se encontraram com músicos e atores cubanos.

Vários outros artistas norte-americanos também se juntaram à campanha para acabar com o bloqueio contra Cuba, incluindo Danny Glover, Jane Fonda, Tyrese Gibson e Sean Penn.

Em fevereiro de 1962, o então presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, assinou a ordem executiva 3447, que formalizou o bloqueio econômico, comercial e financeiro contra a maior das Antilhas.

Até o momento, o cerco ainda está em vigor e longe

de diminuir, está se intensificando de forma especialmente cruel em meio à pandemia de Covid-19, como Cuba denunciou perante as Nações Unidas e em vários fóruns internacionais.

O embargo dos Estados Unidos é uma das medidas mais rejeitadas na Assembleia Geral da ONU, onde todos os anos, desde 1992, é aprovada uma resolução contra ele.

A resolução de condenação obteve apoio quase unânime nos últimos anos: em 23 de junho de 2021, quando foi votada pela última vez, teve o apoio de 184 dos 193 membros da ONU.

Estados Unidos testa cão robô para barrar imigrantes na fronteira com o México

O Departamento de Segurança Interna (DHS) dos Estados Unidos está treinando os cães robôs “Ghost Vision 60” que utilizará para combater os imigrantes ilegais na fronteira com o México. Eles foram equipados e testados em El Paso, Texas, com câmeras de vídeo e sensores que permitem a transmissão em tempo real de informações e dados para os soldados do Exército norte-americano que os monitoram.

Quando estão em operação os robôs permanecem conectados através de frequências padrão como rádio, Wi-Fi, GPS ou outros. Foram aprovados carregando peso em montanhas, barrancos e rochas. Mais tarde, demonstraram suas “habilidades” numa área desértica, onde atuaram como sentinelas, noite e dia, e em inspeções dentro e embaixo de vagões de trem.

Conforme o comunicado oficial, o objetivo dos “veículos automatizados de vigilância terrestre”, que contam com a colaboração da Ghost Robotics, empresa de tecnologia militar que implantou até rifle nas costas de um destes “animais” no ano passado, é “aumentar a segurança estadunidense”.

“Essa é uma região que é muito inóspita para a sobrevivência de seres humanos”, diz a nota go-



Cão robô “Ghost Vision 60” pode ter rifle acoplado

vernamental, para quem pessoas de outra nacionalidade não pertencem a esta categoria.

Segundo Gavin Kennelly, diretor de produtos da Ghost Robotics, o cão robô pesa 100 quilos e foi projetado para trabalhar em terrenos acidentados, e em um clima de muito calor, umidade e pouco oxigênio. “É um robô quadrúpede resistente. Ele atravessa todos os tipos de terrenos naturais, como areia, rochas e colinas, bem como ambientes construídos pelo homem, como escadas”, ressaltou.

“A fronteira sul pode ser um lugar inóspito para homens e animais, e é exatamente por isso que uma máquina pode se destacar lá”, acrescentou Brenda Long, chefe da Diretoria de Ciência e Tecnologia do Departamento de Segurança Interna (DHS).

Hoje um muro físico já cobre mais de um terço dos 3.200 quilômetros de fronteira, formado por barreiras de concreto,

“Há muitas mortes em nossas consciências”, declara o médico italiano Pasquale Bacco

O médico Pasquale Bacco denuncia que “há um sistema” por trás das organizações que espalham “teorias da conspiração” e defendem a ideologia antivacina, inclusive com financiamento de manifestações.

“Mudei quando vi morrer um jovem de 29 anos que estava na UTI. Ele possuía vídeos com meus discursos [contra a vacina] em seu celular. Há um sistema por trás das associações antivacina”, afirma o médico Pasquale Bacco.

O médico italiano declarou seu profundo arrependimento em entrevista ao jornal espanhol El Mundo: “Temos sido uns covardes. Temos muitas mortes em nossas consciências”, declarou em referência aos que com ele participaram de atos antivacina na Itália.

“Um dia nós deveríamos ser responsáveis por essas coisas. Infelizmente. Por isso eu pedi desculpas a todos, mas esse perdão é inútil”, prosseguiu Bacco.

“A família me disse que ele era meu fã. Não me contaram com raiva, pelo contrário, e isso me machucou ainda mais. Eu sinto que a morte foi mi-

nha culpa. E a coisa ainda me incomoda hoje. Não era um credo para mim. Quando eu vi a realidade com meus próprios olhos, eu percebi que estava errado”, disse ainda o médico.

“Tento fazer as pessoas abrirem os olhos. Fui vacinado, estou suspenso da ordem médica por seis meses e não apelei, porque sinto que estava muito errado”.

Ele denuncia que “ser antivacina pode ser um negócio e a oportunidade que transforma um homem em ladrão” e informa que as manifestações são financiadas e que políticos negacionistas de direita pagam a lideranças que se dispõem a cumprir o papel de difamar as vacinas e as medidas preventivas para deter o coronavírus.

Segundo ele, o movimento acabou conseguindo clientes para clínicas, escritórios de advogados, associações e até restaurantes para não vacinados

“Conheço todos os mecanismos internos, desde o linguajar que se devia utilizar até o sistema de doações a associações. Por isso agora me temem e me querem morto”, conclui.



A soprano Lei Jia e o tenor Bocelli com o pianista Lang

Bocelli e soprano chinesa cantam a canção das Olimpíadas de Pequim que exalta fraternidade entre os povos

Aclamados internacionalmente, o tenor italiano Andrea Bocelli, o pianista chinês Lang Lang e a soprano chinesa Lei Jia se somaram na nova canção “Forever You and Me” (Para sempre, você e eu), um presente musical para os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim.

Lançado em colaboração com o Comitê Organizador de Pequim para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno de 2022 e a Federação de Círculos Literários e Artísticos de Pequim na segunda-feira (7), a maravilha está disponível em todo o mundo através do Universal Music Group.

O presente cultural é apresentado por renomados músicos da China e da Itália, já que Milão e Cortina d’Ampezzo sediarão os Jogos Olímpicos de Inverno de 2026. A música é composta por Shu Nan com letra de Zhang Heping.

“É uma grande alegria colaborar com dois artistas chineses extraordinários: a soprano Lei Jia (que foi uma feliz surpresa para mim) e o pianista Lang Lang: um amigo querido, com quem fazer música é sempre um momento de alegria, de grande aperfeiçoamento artístico”, declarou Andrea Bocelli.

Como artista, ressaltou o tenor italiano, “acredito que é minha responsabilidade poder falar ao coração de todos”. “Foi uma honra poder dar minha modesta contribuição ao maior evento esportivo do mundo, que acontece em um país que amo e onde vive um terço da população mundial; um país extraordinariamente rico em história de milhares de anos. A cultura e a arte, em todas as latitudes, são um instrumento de compreensão mútua e um valioso suporte

para o desenvolvimento e a paz no mundo, unindo as pessoas e eliminando imediatamente qualquer possível desconfiança”, enfatizou Bocelli.

Para Lang, “a canção está muito bem escrita, o que toca um acorde sensível de meu coração”. “Espero que reúna pessoas de todo o mundo através de suas maravilhosas harmonias e de sua mensagem edificante. Andrea e eu trabalhamos juntos em muitas obras musicais antes, e Lei Jia também é uma boa amiga de muitos anos. É um prazer trabalhar com eles para apresentar um presente musical aos Jogos de Inverno”.

Lei Jia comenta que a música “é um eco ou memória dos Jogos Olímpicos de Pequim de 14 anos”. “Também exige uma imagem de Pequim como a primeira cidade olímpica dupla do mundo. A melodia é quente e comovente, as letras evocam a cultura chinesa. Adoramos compartilhar nossa paixão por esportes de neve e gelo com todas as pessoas do mundo. Acho que a música permanecerá nos corações das pessoas em todo o planeta”.

O compositor Shu Nan avalia que a China mudou muito na última década, com Pequim se convertendo na primeira cidade da história em celebrar os Jogos em duas temporadas. “Estive pensando, como posso desenvolver nossa história e abraçar o mundo? Minha resposta foi combinar o nacional e o internacional em minha composição. Estou muito emocionado”, comemorou.

Com sua letra simples, mas significativa, e melodia terna e poderosa, “Forever You and Me” é uma conclamação ao espírito olímpico: paz, amizade e unidade, pedindo união, cooperação e esperança.

Papa afirma que 'guerra seria loucura' e saúda ações de Berlim, Paris, Moscou e Kiev pela paz

“As tensões e ameaças de guerra podem ser superadas por um diálogo sério”, declarou em audiência desta quarta-feira (9) o papa Francisco ao alertar que “guerra na Ucrânia seria uma loucura”.

“Vamos continuar pedindo ao Deus da paz que as tensões e ameaças de guerra possam ser superadas através de um diálogo sério; e o Formato de Normandia pode contribuir para este objetivo” disse o papa numa clara referência às negociações envolvendo a Rússia e a Ucrânia com apoio da Alemanha e França.

Na direção oposta à arenga belicista de Biden, o papa repetiu: “E não vamos nos esquecer, guerra é loucura”. Apesar das provocações norte-americanas que chegou a usar a mídia para propalar fake news de que a Rússia teria invadido sua vizinha Ucrânia, Putin e demais integrantes do governo russo, negam qualquer intenção neste sentido.

FRANCISCO É CONVIDADO À UCRÂNIA

O arcebispo de Kiev, Sviatoslav Shevchuk, convidou nesta terça-feira o papa afirmando que uma visita do líder da igreja católica seria “um enorme gesto em favor da paz”.

“Não precisamos esperar que as condições sejam ideais, a visita poderia acontecer até nas circunstâncias atuais. Temos esperança. Gestos são muito importantes e, ao visitar a Ucrânia, o papa faria um forte gesto para toda a humanidade”.

Trump é investigado por sumir com documentos ao deixar a Casa Branca

Trump é investigado por uma comissão do Congresso norte-americano acusado de ter levado para casa documentos da Presidência dos Estados Unidos.

A investigação teve início depois da descoberta de caixas abarrotadas de documentos em sua mansão na Flórida. Também foi constatado o aparecimento de uma reportagem jornalística sobre a destruição de papéis oficiais da Casa Branca, quando ele estava no cargo, numa flagrante violação da lei dos EUA.

A presidente da Comissão de Supervisão, Carolyn Maloney, expressou em comunicado, na quinta-feira (10), sua “profunda preocupação porque esses documentos não foram entregues ao Arquivo Nacional e à Administração de Documentos imediatamente no final do governo Trump e aparentemente foram retirados da Casa Branca”.

Os Arquivos Nacionais asseguram que o ex-presidente republicano não tinha o direito de ir embora com essa documentação: segundo uma lei de 1978, nos EUA os presidentes devem transmitir todos os emails, cartas e demais documentos de trabalho a essa agência, encarregada de conservá-los.

A investigação foi pedida depois que a instituição teve que recuperar na Flórida 15 caixas de documentos que Donald Trump levou consigo quando saiu de Washington, em janeiro de 2021.

Segundo o jornal The Washington Post, entre os documentos estavam as versões originais de uma carta que o ex-presidente, Barack Obama, deixou para Trump quando foi empossado pela primeira vez, e car-

tas escritas a Trump pelo líder norte-coreano, Kim Jong-Un.

Também estava nas caixas um mapa que Trump desenhou com uma caneta preta para demonstrar a trilha do furacão Dorian em direção ao Alabama em 2019 para apoiar uma declaração que ele fez no Twitter que contradizia as previsões meteorológicas.

O caso chama ainda a atenção pela quantidade de documentos colados manualmente. Foi divulgado que Trump tinha o hábito de rasgar em pedaços memorandos que deveriam ser preservados. Apesar de advertido de que a destruição poderia ser caracterizada como violação à lei, ele continuou a fazê-lo sistematicamente durante o mandato. Acredita-se que boa parte tenha sido inutilizada.

A documentação é extremamente importante em qualquer Presidência, mas os de Trump em particular são de interesse de outra comissão legislativa que investiga as ações encobertas e violentas que tentaram impedir a certificação da eleição presidencial vencida pelo democrata Joe Biden, ocorridas em 6 de janeiro de 2021 no Capitólio.

O ex-presidente, que também teve suas empresas Trump Organization, e Trump Payroll Corporation indicadas por 15 acusações criminais, de sonegação fiscal e fraude, entre 2005 e 2021, tentou minimizar o assunto. Ele disse em comunicado que “após discussões colaborativas e respeitosas” o Arquivo Nacional providenciou o transporte de Mar-a-Lago – resort onde fica sua mansão – de “caixas contendo documentos presidenciais”.

Rússia repudia campanha de mentiras dos EUA sobre ‘invasão’ da Ucrânia



Porta-voz da chancelaria russa Maria Zakharova desmascara a Bloomberg

Com aprovação em queda, Biden atíça pânico e diz a americanos na Ucrânia: “saíam agora”

“Os cidadãos americanos devem sair agora”, disse Biden ao âncora Lester Holt. “Não é como se estivéssemos lidando com uma organização terrorista. Estamos lidando com um dos maiores exércitos do mundo. É uma situação muito diferente e as coisas podem enlouquecer rapidamente”.

Ao entrevistador, Biden disse que não há cenário em que ele enviaria tropas norte-americanas para evacuar cidadãos norte-americanos da Ucrânia, já que isso levaria a um grande conflito. “Isso seria uma guerra mundial” – disse Biden, quando “russos e americanos começarem a atirar uns nos outros”.

No mesmo dia, o Departamento de Estado havia divulgado orientação aos norte-americanos na Ucrânia para “partirem agora por meios comerciais e privados” e ainda reiterado que a evacuação de diplomatas e familiares de Kiev continuava.

Na sexta-feira pela manhã, Biden conversou por telefone com líderes do Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Canadá, Polônia, Romênia, Otan, Comissão Europeia e Conselho Europeu.

PIOR AVALIADO

Aos observadores, a ênfase no “front externo” de Biden, diante de expectativas nada animadoras nas eleições intermediárias de novembro, é consequência de ele ter a pior avaliação de primeiro ano de mandato de presidente da história, seu principal programa, o BBB (“Reconstrua Melhor”) segue empacado no Senado, a inflação disparou com o salário mínimo congelado há 12 anos, o total de mortos da Covid ultrapassou os 900 mil

e o Fed diz que vai ter que aumentar os juros.

Desviar a atenção do povo norte-americano para o front externo, “unificar” o país em torno do imperialismo, para abafar os problemas domésticos e melhorar as chances nas eleições, é uma receita muito comum na história dos EUA. Que o diga Bill Clinton, que para se safar do escândalo Monica Lewinsky bombardeou Iugoslávia e Iraque.

O alarmismo vem sendo insuflado pela Casa Branca apesar de até mesmo o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, negar que haja a tal “invasão russa iminente” e alertar que o pânico causado por esses rumores está desestabilizando a economia do país. E de a Rússia ter repetidamente negado tal “invasão” e acrescentado que, no que depender de Moscou, “não haverá guerra”.

Em dezembro, a Rússia, depois de telefonia entre Putin e Biden, apresentou suas propostas para restauração da segurança coletiva na Europa, com o fim da expansão da Otan até às fronteiras russas, o que inclui a Ucrânia, retirada dos sistemas de ataque e tropas que foram deslocadas até às fronteiras russas em cinco ondas de expansão da Otan e retorno às linhas de 1997, quando foi assinado o Ato Fundador Rússia-Otan.

Propostas que sintetizam o alerta do presidente Putin: “não fomos nós que levamos nossos sistemas de armas para a fronteira

com os EUA, mas os EUA que já trouxeram seus sistemas até nossa porta”.

EUA e Otan já responderam às propostas russas, rechaçando-as, e sugerindo discutir questões secundárias. Aguarda-se para breve a contra-resposta russa.

A China manifestou-se publicamente a favor de que cesse a expansão da Otan até às fronteiras russas e, no histórico encontro Putin-X Jinping no dia da abertura dos Jogos de Inverno de Pequim, os dois países anunciaram que estava nascendo o “mundo multilateral”.

OS TAMBORES DE GUERRA

Outras vozes do governo norte-americano se apressaram na sexta-feira a rufar os tambores sobre a “invasão iminente” russa.

“Qualquer americano na Ucrânia deve sair o mais rápido possível e, em qualquer caso, nas próximas 24 a 48 horas”, disse o conselheiro de Segurança Nacional de Biden, Jake Sullivan.

“Obviamente, não podemos prever o futuro, não sabemos exatamente o que vai acontecer. Mas o risco agora é alto o suficiente e a ameaça agora é imediata o suficiente para que seja isso que a prudência exige.”

Apesar dessa mensagem, Sullivan acrescentou que não está claro se Putin decidiu invadir a Ucrânia.

“Quero ser claro. Uma decisão final não foi tomada pelo presidente Putin, mas temos um nível suficiente de preocupação com base no que vemos no terreno e no que nossos analistas de inteligência captaram.”

Leia mais no site do HP

Nem o presidente da Ucrânia crê em Biden e pede evidências da alegada ‘invasão’ russa

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, pede que a Casa Branca “compartilhe informações” acerca da alegada invasão da Rússia a seu país.

A declaração de Zelensky ocorre em meio ao aumento do envio de tropas da Otan para países do leste da Europa.

O pretexto para este movimento, assim como a retirada de funcionários da embaixada dos Estados Unidos em Kiev e ainda fake news divulgadas em ocasiões distintas pelo Washington Post, NYT e Bloomberg, entre outros veículos, bafejando a histeria e incitamento que partem da Casa Branca, é a suposta “iminência” da invasão.

Em coletiva de imprensa enfatizou que “há muita informação” na mídia sobre “uma guerra profunda e em larga escala a partir da Federação da Rússia”.

Dirigindo-se aos órgãos centrais de mídia norte-ame-

ricanos, Zelensky prosseguiu: “Se vocês ou quem mais possa ter informação adicional sobre 100% de certeza sobre a invasão russa à Ucrânia, a começar em fevereiro, por favor nos passem essa informação”.

Temos trabalhado diariamente, recebendo informes de nossos órgãos de inteligência. Também agradecemos órgãos de inteligência de outros países. A Ucrânia está preparada para qualquer surpresa, e precisa confiar em si própria, em seus departamentos de governo, de inteligência, que atuam tão bem como os de outros países”.

“Não temos medo, nem temos pânico, está tudo sob controle”, disse ainda Zelensky, enfatizando que a “diplomacia é o único caminho para a desescalada das tensões”.

A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, reagiu às declarações de Zelensky; “Viram?”. E prosseguiu: “Os Estados Unidos têm declarado há dois meses que a Rússia está prestes a atacar a Ucrânia, mas o presidente da Ucrânia têm dito que não possuem tal informação e agora também pedem aos que a detenham que compartilhem estes dados”.

“EUA FAZ CHACOTA”

Zakharova acrescentou que aparentemente ninguém tem essa informação, o que há é desinformação por alguns veículos de imprensa com base em fontes anônimas norte-americanas e ainda que “há dois meses estão zombando do senso comum e do povo ucraniano, enquanto fazem uma campanha global provocativa”.

“Contrariando padrões do jornalismo honesto, mídia espalha desinformação [dos EUA] e se envolve em manipulações para induzir a tese da agressividade de Moscou”, afirma o MRE russo

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia afirmou que países ocidentais e a mídia patrocinada por eles estão espalhando uma “campanha de desinformação em larga escala” que promove a tese sem comprovação sobre uma invasão russa supostamente iminente da Ucrânia.

“Ao final de 2021 e inícios de 2022, o espaço informativo mundial promoveu uma campanha midiática sem precedentes em sua escala e sofisticação, cujo propósito é convencer a comunidade mundial de que a Federação Russa está preparando uma invasão do território da Ucrânia”, disse o Ministério em comunicado publicado em sua página na web, na sexta-feira (11), denunciando a intenção dessas nações ocidentais e seus meios de comunicação de difundir desinformação “com fins de desviar a atenção de suas próprias ações agressivas”.

“Essa mídia, contrariando os padrões do jornalismo honesto, espalha desinformação aberta e se envolve em manipulações para introduzir a tese de intenções agressivas de Moscou na opinião pública. Ao mesmo tempo, explicações detalhadas e fundamentadas de funcionários russos foram ignoradas, em particular as repetidas garantias do compromisso da Rússia com uma solução diplomática pacífica da crise na Ucrânia com base nas Medidas de Minsk, referências ao direito soberano nacional de Estados a redistribuírem as suas forças armadas no seu território, bem como declarações sobre a natureza defensiva dos exercícios militares realizados em conjunto com as forças armadas da Bielorrússia. Além disso, as preocupações de Moscou foram ignoradas, indicando que é o Ocidente que está movendo sua infraestrutura militar para as fronteiras da Rússia, prestando assistência técnico-militar à Ucrânia, armando-a, enviando seus instrutores militares, realizando exercícios militares”, assinalou a Rússia.

O Comunicado do Ministério das Relações Internacionais detalha: “Como esperado, os meios norte-americanos mais citados deram o tom de toda a campanha. A natureza das publicações é sustentada de forma deliberadamente incisiva”.

“D. Ignatius em um artigo no Washington Post em 25 de janeiro deste ano escreve: ‘Mísseis e aeronaves russos provavelmente atingirão alvos nas profundezas da Ucrânia, e Kiev responderá tentando matar o máximo de soldados russos em combates na fronteira o mais rápido possível’. De fato, não resta ao leitor a oportunidade de duvidar da veracidade das palavras da publicação, dando como se ‘tudo já estivesse decidido’”, prossegue.

E ainda acrescenta: “Kramer do The New York Times (publicação de 22 de janeiro deste ano) continua essa tendência, interpretando de forma distorcida as manobras das forças armadas russas realizadas por nosso país em seu território (essa técnica tornou-se uma das principais nesta campanha): ‘Moscou começou a reunir tropas de tal forma que indicava a presença de um plano para invadir a Ucrânia através do território da Bielorrússia. Kiev também temia que Minsk pudesse fazer uma provocação, por exemplo, enviando migrantes para a fronteira com a Ucrânia – como fez com a Polónia – e, assim, fornecendo um pretexto para iniciar uma guerra. Os temores sobre uma possível invasão da Bielorrússia se intensificaram ainda mais nesta semana, já que a Rússia está transferindo suas tropas e equipamentos para o país antes dos exercícios militares conjuntos programados para fevereiro’”.

“Outra publicação da agência de notícias Bloomberg tornou-se realmente perigosa: na noite de 4 para 5 de fevereiro, a notícia ‘Ao vivo: Rússia invade a Ucrânia’ apareceu no site da Bloomberg. Os editores mais tarde emitiram uma declaração especial de que o relatório da invasão foi um ‘erro’.

Como observam especialistas independentes, uma dessas notícias, se espalhada nas notícias, poderia não apenas derrubar as economias de muitos países, mas também ter sérias consequências geopolíticas para o mundo inteiro”, constata o documento.

“Assim, podemos falar sobre conspiração das autoridades dos países ocidentais e de sua mídia para escalar a tensão artificial em torno da Ucrânia por meio de um enchimento maciço e coordenado de informações falsas em interesses geopolíticos, em particular, a fim de desviar a atenção de suas próprias ações agressivas”, conclui o documento.



“Submarino nuclear saiu a alta velocidade”, diz MRE russo

Submarino nuclear dos EUA invade águas territoriais da Rússia e é obrigado a sair

Submarino nuclear dos EUA foi localizado em águas territoriais russas, perto das Ilhas Curilas. A nave teve que sair fora sob pressão da Marinha da Rússia.

“Ao cruzar fronteiras da Rússia, o submarino norte-americano ignorou o aviso expedido pelas nave russas”, anunciou o Ministério da Defesa russo, no sábado (12).

“Em conformidade com os documentos orientadores sobre a defesa das fronteiras marítimas da Federação da Rússia, a tripulação da fragata russa Marshal Shaposhnikov da FP [Frota do Pacífico] aplicou os meios apropriados” contra a nave, indica a informação do Ministério da Defesa russo, acrescentando que o submarino dos EUA usou

um simulador autopropulsado para evitar o alcance nos radares, antes de abandonar o local a grande velocidade.

A tripulação da fragata teria advertido o submarino da classe Virgínia dos EUA em russo e inglês de que havia entrado em águas territoriais russas, mas seu aviso foi inicialmente ignorado.

Como frisou o comunicado, a Frota do Pacífico da Rússia está conduzindo manobras navais, e segue controlando o ambiente marítimo para impedir a violação das fronteiras territoriais do país.

O Ministro da Defesa da Rússia, Serguei Shoigu, revelou ter convocado o adido militar americano na região para discutir a violação, informou a agência russa RIA.

André Lara Resende: A camisa de força ideológica da macroeconomia - (1)

O economista André Lara Resende, ex-presidente do BNDES e um dos criadores do Plano Real, revela no artigo **A camisa de força ideológica da macroeconomia**, publicado no Valor Econômico, como a macroeconomia oficial restringe a atuação do Estado reduzindo investimentos públicos e gastos sociais em benefício do capital financeiro.

“A restrição indiscriminada ao poder financeiro do Estado limita a sua capacidade de criar poder aquisitivo para explorar as potencialidades da sociedade através do investimento em áreas críticas, como educação, saúde, infraestrutura, pesquisa e tecnologia e o meio ambiente. Por outro lado, completa delegação da expansão do crédito para o sistema bancário provoca ciclos recorrentes de eu-

forias, inflação de ativos e crises financeiras que obrigam a intervenção do Estado como emprestador de última instância. A intervenção do Estado termina por ratificar a inflação dos ativos financeiros criada pela expansão do crédito bancário às custas da expansão da dívida pública. O liberalismo econômico acusa então o aumento do passivo do Estado de ser a razão da crise e reforça a camisa de força ideológica da necessidade de restringir o seu poder financeiro. É imperativo romper a camisa de força ideológica da macroeconomia convencional para poder repensar e superar as distorções do capitalismo financeiro que ameaça a sua própria sobrevivência”, afirma o economista no artigo que reproduzimos a seguir.



O economista André Lara Resende. Foto: Unicamp

ANDRÉ LARA RESENDE

1. Macroeconomia e ideologia

A teoria econômica que hoje pauta grande parte de nosso entendimento do mundo é tida como o embasamento, se não científico, técnico, das políticas públicas. Os economistas, embora pretendam ter um sólido arcabouço teórico e sustentação empírica, que lhes daria legitimidade para ditar políticas, são mais um grupo de contadores de histórias. Como tantos outros, criam narrativas para ordenar e dar sentido a uma realidade aparentemente caótica.

A economia política, como concebida por David Hume, Adam Smith, John Stuart Mill e seus contemporâneos dos séculos XVIII e XIX, os clássicos, pode ser entendida como um conjunto organizado de ideias cujo propósito é tornar inteligíveis fenômenos aparentemente desordenados e desconectados. Embora não seja ciência no sentido dado, na modernidade, ao conhecimento dos fenômenos naturais, como a física e a biologia, é um conjunto ordenado de ideias a respeito da atividade humana. Porque procura organizar a atividade humana, a teoria econômica é inevitavelmente ideológica. Suas histórias procuram organizar a sociedade segundo valores e interesses não explicitados.

Neste apogeu de seu prestígio, uma parte expressiva da teoria econômica convencional, “mainstream”, se tornou disfuncional. Embora existam muitas correntes de teoria econômica, a mainstream é a predominantemente ensinada nos cursos de economia, aquela que, de forma mais ou menos sofisticada, serve de substrato para os analistas e os comentaristas da vida pública.

Neste ensaio, organizo os principais pontos de discordância em relação à teoria convencional. A moeda é um crédito contra o Estado, logo é dívida pública. A taxa de juro é determinada pelo banco central. Deve ser fixada abaixo da taxa de crescimento da economia, o que garante a convergência da relação dívida/PIB e sustentabilidade da dívida pública. A dívida pública expressa na moeda de um país emissor de sua moeda fiduciária não tem risco de crédito. Tem risco de custo de financiamento, de “carregamento”, e pode ter risco político, mas não tem risco de crédito. A dívida pública é a contrapartida contábil da riqueza financeira do setor privado. A teoria monetária convencional, sistematicamente revista, foi sempre instrumental para restringir a criação direta de poder aquisitivo pelo Estado, enquanto deixa livre a

expansão de poder aquisitivo pelo setor bancário.

A inflação de ativos financeiros privados, contrapartida da expansão irrestrita do crédito bancário, obrigatoriamente sancionado pelo banco central como emprestador de última instância, está por trás da reconcentração recente da riqueza. O dogmatismo da macroeconomia convencional é uma restrição ideológica travestida de ciência na condução de políticas públicas, que acrescenta mais um elemento complicador às democracias representativas contemporâneas

A ordenação da realidade pela teoria econômica, especialmente em relação às questões monetárias, esteve sempre associada à necessidade de restringir o poder do Estado e de seus ocupantes. Com os clássicos, a partir do século XVII, o discurso dos economistas procurava restringir o poder da aristocracia e valorizar a burguesia nascente. Desde o início do século XX, mimetizando cada vez mais o método e a linguagem matemática das ciências naturais, a macroeconomia continuou a cumprir o papel de impor limites ao poder do Estado e de seus ocupantes.

Nas sociedades contemporâneas, a teoria monetária hegemônica é um arcabouço conceitual cujo objetivo é restringir e direcionar o poder do Estado, agora em benefício do capitalismo financeiro. O capitalismo sempre foi financeiro, adoto aqui o termo para denotar o capitalismo contemporâneo, sobretudo a partir do último quarto do século XX, quando os ativos e os passivos financeiros cresceram desproporcionalmente em relação à renda.

Os economistas viram o seu prestígio crescer, são hoje a elite da tecnocracia e os formuladores de políticas públicas. Os políticos eleitos foram relegados a um papel secundário. Têm, em tese, o poder de definir políticas, mas, na prática, estão subordinados ao receituário tecnocrático dos economistas.

A tensão é evidente. De um lado, os políticos eleitos, restringidos pela ideologia da boa prática econômica, passam a defender seus interesses patrimonialistas e os corporativistas de seus eleitores diretos. De outro lado, os economistas tecnocráticos, apoiados pelo sistema financeiro, que reivindica o direito de exclusividade na franquia do Estado para expandir o crédito, radicalizam o seu discurso. Defendem a imperativa necessidade de conter o poder financeiro do Estado, sob risco de provocar uma crise fiscal e levar a economia ao colapso. O resultado é o pior dos mundos: enquanto os gastos populistas e demagógicos se expandem, os investimentos e os serviços públicos colapsam.

Assim como a burguesia

nascida com a revolução industrial promoveu o avanço da produtividade e das possibilidades materiais, mas também uma enorme concentração de riqueza, o capitalismo financeiro, associado à revolução informática, está à frente de uma nova era de igualmente extraordinários ganhos de produtividade e concentração de riqueza. Neste início de século XXI, as contradições de uma relação incestuosa entre uma tecnocracia a serviço do capitalismo financeiro e os ocupantes do Estado, políticos eleitos e servidores públicos, atingiram um ponto de ruptura, que ameaça a viabilidade das democracias representativas.

2. O Estado como o credor primeiro

Nas primeiras sociedades sedentárias onde havia uma autoridade central, quase sempre um templo religioso, o excedente da produção era armazenado pela autoridade, que detinha o poder de cobrar impostos e de realocá-lo. Daí a contabilidade de direitos sobre o excedente que dá origem à moeda.

A moeda é o registro de direitos na autoridade central que é aceito para quitar obrigações tributárias. A moeda metálica, assim como tantas outras formas de moeda ao longo da história, é apenas a representação deste direito de crédito junto à autoridade central. Sendo um crédito contra o poder central, a sua representação, a moeda física, tinha aceitação garantida na sociedade. O crédito contábil contra o Estado, na sua forma de representação metálica, por ter valor intrínseco, utilizado originalmente para pagar o soldo, passou a ser o meio de troca aceito também fora da comunidade, no comércio entre diferentes sociedades. A combinação da existência de excedente da produção, com a circulação de representação metálica de créditos contra o Estado, viabiliza então o aprofundamento da divisão do trabalho, da especialização e leva ao florescimento do comércio. É o poder central, o Estado, como quem detém poder de requisitar, através de impostos, o excedente da produção e quem controla o registro contábil dos haveres e deveres da sociedade, que tem seu crédito universalmente aceito como unidade de conta. Viabiliza assim o comércio e a divisão do trabalho.

É o fato de ser simultaneamente o administrador da contabilidade, o custodiante e o liquidante dos haveres e deveres da economia, que dá ao Estado a condição excepcional de credor primário. É o que permite ao Estado do capitalismo financeiro moderno ser o credor de última instância, aquele que

pode redescobrir créditos de todos os demais agentes, inclusive os do setor financeiro em momentos de crise. Só o Estado é capaz de criar poder aquisitivo sem poupança prévia. Só o Estado e seus concessionários, como o setor bancário moderno, pode criar poder aquisitivo não lastreado em algum ativo existente. O sistema bancário, que também tem a capacidade de dar crédito sem lastro, é uma concessão do poder do Estado como credor primário. O crédito bancário depende do acesso dos bancos ao crédito do Estado, através das contas de reservas que detêm no banco central. Dito de outra forma, é o acesso ao crédito do Estado que serve de lastro para quem tem seu crédito aceito.

A capacidade do Estado de expandir o poder aquisitivo através do crédito, ou seja, da expansão do seu passivo, é efetivamente um poderoso instrumento, mas não faz milagres. É preciso entender suas possibilidades e seus limites. O Estado só pode criar poder aquisitivo, sem pôr em risco o sistema de contabilidade da sociedade, quando há recursos passíveis de serem mobilizados para o aumento da produção de bens e serviços. Tais recursos podem tanto advir da capacidade de instalação, mas ociosa por insuficiência de demanda, quanto capacidade potencial — mão de obra, equipamentos, tecnologia e científica e organizacional — incapaz de ser mobilizada por falta de crédito. O primeiro caso, o da capacidade instalada ociosa, onde o Estado pode atuar de forma anticíclica, criando poder de compra para estimular a economia, é o analisado por Keynes. O segundo caso, o da capacidade potencial não efetivada, onde o Estado deve atuar como credor, mobilizador e viabilizador, das potencialidades do crescimento de longo prazo, é o analisado por Joseph Schumpeter e Hyman Minsky.

Toda a produtividade, a capacidade de produzir bens e serviços, advém da sociedade, da ação conjunta do setor privado e do Estado. A expansão do crédito pelo Estado, como todo crédito, por si só nada cria, mas viabiliza a materialização da produtividade da sociedade. A moeda e o crédito são o fermento, mas se não houver massa, capacidade de produzir, não haverá bolo a ser repartido. Sem investimento e aumento da capacidade de produzir, a expansão do crédito se transforma numa pressão sobre os preços de bens e serviços, ou na hipertrofia de ativos e passivos. No primeiro caso, tem-se a inflação convencional, no segundo, a inflação financeira.

A inflação financeira pode dar a impressão de que corresponde ao efetivo enriquecimento, pois há um aumento dos direitos financeiros, mas como

não tem um correspondente aumento da capacidade de produção, é mera ilusão monetária. Porque o acúmulo de direitos financeiros está concentrado nos que não têm necessidade imediatas de consumo não atendidas, a inflação financeira não pressiona a capacidade produtiva, nem corre o risco de provocar inflação de bens e serviços. Levada ao paroxismo, no entanto, provoca o descolamento dos direitos financeiros da capacidade de produção. Termina por desmoralizar e tornar disfuncional o sistema de contabilidade da sociedade. Em estágios avançados, pode levar ao descrédito do Estado, à desmoralização institucional e à hiperinflação.

O fato de que o crédito não faz milagres, de que está sujeito aos limites da disponibilidade de recursos reais, não elimina o poder do Estado como credor primordial na economia. Ao longo da história, em toda parte, sempre existiram mecanismos criados para limitar o abuso desta poderosíssima faculdade. Durante séculos, a exigência de lastro metálico para a cunhagem de moedas foi uma forma de restringir a criação de poder aquisitivo ao bel prazer do poder central. Ao obrigar o Estado emissor a acumular ouro e prata para gastar, restringia-se a sua faculdade de criar poder aquisitivo de forma discricionária, mas restringia-se também a produção e o comércio, travados pela iliquidez e pela falta de crédito. A solução do padrão-ouro, ao combinar a moeda metálica do poder central com o crédito bancário livre da exigência de lastro, manteve a restrição sobre a emissão primária, sobre a faculdade do Estado de criar poder aquisitivo, mas deixou irrestrita a expansão do crédito bancário. Estava resolvida a tensão entre a necessidade de restringir o abuso do poder do Estado e a iliquidez crônica das economias medievais⁽¹⁾.

A partir do final do século XVIII, a disparidade entre a expansão do crédito bancário privado e da moeda lastreada do Estado provocou corridas bancárias e obrigou a sucessivas suspensões da conversibilidade da moeda em seu lastro metálico. No início do século XX, com o enorme aumento do endividamento público das economias envolvidas na Primeira Guerra, tornou-se impossível sustentar o padrão-ouro. Na conferência de Bretton Woods, depois da Segunda Guerra, o lastro metálico foi definitivamente abandonado e a moeda se tornou integralmente fiduciária.

Foi preciso então encontrar uma nova forma de tentar restringir a criação indiscriminada de poder aquisitivo pelo Estado. A Teoria Quantitativa da Moeda, ao sustentar

que toda emissão superior à expansão da renda real provocaria inflação, cumpriu este papel durante toda a segunda metade do século XX.

Depois de mais de cinco décadas de um absoluto reinado, a Teoria Quantitativa foi aposentada em silêncio. Ainda nos anos 1990, foi logicamente questionada pela constatação de que os bancos centrais são incapazes de controlar a oferta de moeda sem perder o controle da taxa básica de juros. Em seguida, com a grande crise financeira de 2008, foi refutada de forma flagrante pelo experimento do “Quantitative Easing”. Para salvar o sistema financeiro mundial, os bancos centrais das economias avançadas multiplicaram seus passivos por mais de dez vezes, sem que se observasse qualquer sinal de inflação. Não foi mais possível sustentar que a demanda agregada responde à emissão de moeda, o passivo do banco central, mas não à expansão de dívida pública, o passivo do tesouro.

Com as taxas básicas de juros próximas de zero e a altíssima liquidez dos mercados de dívida, deveria ter ficado evidente que a moeda é dívida. É uma perpetuidade que não paga juros, mas de toda forma, é dívida pública. Refutada a relação entre inflação e expansão monetária, a restrição à criação de poder aquisitivo pelo Estado transmutou-se numa restrição à expansão do passivo total, monetário e não monetário, do Estado. A sustentação teórica baseada na nova Teoria Fiscal do Nível de Preços, uma formulação matematicamente pesada, que em última instância, substituiu a moeda pela totalidade do passivo do Estado, como âncora dos preços⁽²⁾.

A adoção de um limite superior para a relação dívida/PIB, a partir do qual a economia se desorganizaria, foi a forma de dar expressão prática à nova restrição conceitual sobre a faculdade do Estado dar crédito e de expandir o poder aquisitivo na economia. A tentativa de substituir o limite da Teoria Quantitativa por um teto na relação dívida/PIB não sobreviveu à ainda mais agressiva expansão de moeda e dívida durante a pandemia de 2020. Com inúmeros países superando o limite superior de 90% a partir do qual, segundo o trabalho de Riehart e Rogoff⁽³⁾, a economia se desorganizaria, ficou impossível sustentar um limite superior intransponível para a relação dívida/PIB. Neste início de século XXI, depois da crise financeira de 2008 e da pandemia de 2020, não há mais como invocar a teoria econômica para, em nome de um conhecimento científico, impor um limite à faculdade do Estado de dar crédito e criar poder aquisitivo. Este limite é necessariamente um limite político. Um limite político, expresso na legislação e no desenho institucional, que deve ao mesmo tempo impedir o abuso, tanto pelo Estado como pelo sistema bancário, e não restringir o bom uso de tão poderoso instrumento.

Continua na próxima edição